

RELATÓRIO E CONTAS 2000
CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 - 10º - 1050-121 LISBOA - Tel. (351) 21 318 48 00 - Fax (351) 21 354 03 68

Mat. Cons. Reg. Com. de Lisboa sob o Nº 2630 Contribuinte Nº 502 593 130 - Capital Social 118.332.445 Euros

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Contas consolidadas do Exercício de 2000)

1. SÍNTESE

A **Semapa**, a sua subsidiária **Secil** e as subsidiárias e participadas desta, evidenciaram um desempenho positivo no ano de 2000.

O ano 2000 foi marcado pelo primeiro investimento internacional da **Secil** na área do cimento com a aquisição, em Janeiro, da **Société des Ciments de Gabès** na **Tunísia**. Este investimento permitiu aumentar a capacidade de produção de cimento do grupo em cerca de 1 milhão de toneladas passando-a para 5 milhões. No âmbito da internacionalização, refere-se também o início de operações em **Angola**, através da **Tecnosecil**, com o objectivo inicial de reabilitar a fábrica Encime (Lobito) o que se espera venha a ocorrer durante o 1º semestre de 2001.

Ao longo do ano foram desenvolvidas várias acções, algumas das quais se encontram ainda em curso, no sentido de desenvolver a área de negócio do cimento noutras áreas geográficas. Destaca-se o lançamento, em Junho, de uma Oferta Pública de Aquisição sobre a totalidade do capital social da Cimpor que viria a ser formalmente impedida pelo Governo. A **Secil** mantém, contudo, interesse em desenvolver a sua participação no capital da Cimpor, sociedade na qual detém uma participação de 9%.

Em **Portugal** a procura de cimento atingiu um novo máximo histórico ascendendo a 11,3 milhões de toneladas o que representa um aumento de 6,7% face a 1999. Esta evolução foi assegurada pelo dinamismo persistente do sector da construção civil. Com efeito, o nível de actividade permaneceu elevado no domínio da construção residencial e privada durante o 1º semestre do ano, embora se perspective, no curto prazo, uma tendência para a baixa, verificando-se por outro lado um crescimento sustentado no sector das obras públicas sobretudo a partir do 2º semestre.

Este enquadramento proporcionou, pelo quarto ano consecutivo, um aumento do volume de cimento importado vendido no mercado nacional.

Salienta-se a capacidade demonstrada pelas unidades produtivas do **Universo Secil** no abastecimento regular do mercado interno. As vendas de cimento cresceram, 0,3% em volume e 2,4% em valor, relativamente ao ano anterior, não obstante a substancial diminuição da procura verificada em Novembro e Dezembro, ocasionada pelas más condições climatéricas.

Em Setembro de 2000 realizou-se uma actualização dos preços do cimento que correspondeu a um aumento médio de 1,8% e representou uma diminuição dos preços reais de 2%.

Prosseguiu a implementação de acções específicas enquadradas na estratégia definida pelo Conselho de Administração com o objectivo de aumentar a produtividade dos vários factores de produção e de reduzir o custo dos bens e serviços adquiridos.

Verificou-se uma diminuição do custo com energia eléctrica nas fábricas de cimento que foi motivada pela redução do tarifário e pela melhoria dos consumos específicos energéticos. Neste contexto, o custo do kWh diminuiu embora permaneça acima dos custos suportados pela indústria cimenteira noutros países da UE.

O custo da energia térmica foi sensivelmente superior ao do ano anterior, o que se deve ao aumento significativo verificado nos preços do carvão e do coque resultantes da conjugação de um conjunto de factores desfavoráveis designadamente o aumento do preço do crude, o aumento dos fretes marítimos, a escassez de produto no mercado e o aumento da taxa de câmbio do dólar americano.

Prosseguiu a rigorosa política de controle ambiental seguida pela **Secil**, mantendo-se a realização de avultados investimentos nas unidades fabris; neste âmbito destacam-se as acções empreendidas no âmbito do "Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental" assinado com o Governo em 1999, designadamente, a instalação de filtros de mangas na fábrica **Maceira-Liz** o que constitui um avanço notável, a nível europeu, em matéria ambiental, no que concerne à qualidade do ar.

Foram retomadas as acções necessárias para obter a certificação das fábricas **Maceira-Liz** e **Cibra-Pataias** segundo as Normas ISO 9002 e ISO 14001 o que se espera venha a acontecer durante o 1º semestre de 2001.

A persistente tendência que se verifica no sentido da introdução na UE de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham emissões gasosas, a "Ecotaxa", sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos situados fora da UE, colocando as indústrias europeias em manifesta inferioridade, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não existir um mecanismo equilibrador, como, por exemplo, taxas compensatórias incidindo sobre a entrada de produtos vindos de países nos quais a "Ecotaxa" não é aplicada, criam-se condições para a deslocação da produção para fora da UE, com efeitos agravantes para a poluição a nível mundial.

Prosseguiu-se, igualmente, com a política de racionalização dos recursos humanos com resultados muito significativos.

Atingiram-se plenamente os objectivos globais de penetração no mercado, realçando-se o crescimento verificado nas vendas de cimento branco e o lançamento no mercado do cimento tipo II 42,5.

Prosseguiu-se com a optimização do sistema de produção/distribuição de cimento, conseguindo-se manter o custo médio da tonelada transportada em níveis bastante aceitáveis, apesar dos aumentos substanciais verificados nas tarifas do transporte rodoviário.

O **Projecto Secil 2000** foi concluído tendo culminado com a realização, em Lisboa, das "1ªs Jornadas de Processo" que envolveram cerca de 90 colaboradores do **Universo Secil**.

O **Projecto SIM – Secil, Inovação e Mudança** que tem por objectivo a modernização completa do Sistema de Informação encontra-se também na sua fase final, faltando apenas a sua implantação na Área Comercial e Distribuição que foi iniciada em Janeiro de 2001.

Na **Tunisia**, o consumo de cimento e cal artificial foi de 5,4 milhões de toneladas o que representa um crescimento significativo de 13,1% relativamente a 1999.

Neste contexto a **SCG** teve um desempenho notável espelhado nos resultados líquidos que ascenderam a 3,5 milhões de dinares tunisinos e representam um aumento de 130% relativamente ao ano anterior. Por outro lado o EBITDA foi de 8,9 milhões de dinares.

Esta performance foi possível em função do aumento substancial do volume de vendas (+ 19,6%) e dos resultados de um conjunto de acções de melhoria ao nível fabril entretanto empreendidas.

As empresas subsidiárias da **Secil** que actuam nos sectores do betão-pronto e dos inertes obtiveram, duma maneira geral, resultados positivos significativos, embora ligeiramente abaixo dos obtidos em 1999.

Na actividade de produção de energia eléctrica verificou-se igualmente uma evolução muito significativa. A **Enersis** produziu no ano findo 237 GWh e obteve resultados positivos apreciáveis. Esta empresa realizou e tem em fase de preparação vários investimentos em parques eólicos.

O processo de eliminação de resíduos industriais com valorização energética está pendente de um período de consulta pública após apreciação e parecer positivo da Comissão de Médicos criada pela Assembleia da

República que se seguiu ao relatório e parecer, também favorável da Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental de Co-Incineração, também criada pela Assembleia da República. A **Secil** continua atenta ao desenrolar deste processo aguardando desenvolvimentos positivos durante o ano 2001.

Na área financeira é importante referir o aumento significativo dos encargos financeiros da **Semapa**. A dívida líquida consolidada era de cerca de 93,2 milhões de contos na data de encerramento do exercício, superior à verificada em 31 de Dezembro de 1999, o que se deve fundamentalmente aos importantes investimentos financeiros que se realizaram.

O processo interposto pela **Secil** contra o Estado Português para ressarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do Fundo de Pensões da **CMP** contida na documentação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua em curso não tendo tido, durante o exercício de 2000, evolução relevante.

No âmbito do patrocínio de prémios destinados a valorizar e evidenciar os produtos fabricados pela **Secil** e pelas empresas associadas, destaca-se a atribuição, em colaboração com a Ordem dos Arquitectos, do prémio **Secil** de Arquitectura ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira. Realizou-se, em simultâneo, o Concurso Universidades, dirigido a estudantes de arquitectura, tendo sido vencedor o Arquitecto Pedro Filipe Vieira.

No exercício de 2000, a **Semapa** encerrou com um resultado líquido de 6,2 milhões de contos e um resultado líquido consolidado de igual montante. As vendas e prestação de serviços consolidadas da sociedade atingiram 93,3 milhões de contos. O "Cash-Flow" da **Semapa** em termos consolidados atingiu 18,5 milhões de contos.

Principais Indicadores Físicos Consolidados

				1996	1997	1998	1999	2000
Capacidade	Produtiva	de	1000 t	3 588	3 784	3 784	3 784	4 934
Cimento								
Vendas								
			1 000 t	3 485	3 695	3 824	3 911	4 860
			1 000 t	53	69	77	90	89
			1 000 t	-	-	-	-	82
			1 000 m ³	1 381	1 404	1 350	1 690	2 170
			1 000 t	1 875	2 498	2 766	3 104	2 461
			1 000 t	308	382	415	376	388
			1 000 t	69	69	69	72	69
			1 000 t	29	33	43	60	70
			GWh	168	184	177	197	237
Pessoal*				1 870	1 696	1 613	1 577	2 129

* Número médio do pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação

Principais Indicadores Económico-Financeiros consolidados (1.000 contos)

	1996	1997	1998	1999	2000
Volume de Vendas	64.644	69.652	72.651	79.281	93.273
EBITDA	26.022	25.539	27.326	32.182	33.146
Amortizações e Provisões	7.486	6.609	8.911	8.792	10.764
Amortizações do Goodwill	1.006	1.247	1.421	1.621	1.560
EBIT	17.530	17.683	16.994	21.769	20.822
Resultados Financeiros	(3.236)	(895)	(666)	292	(3.169)
Resultados Correntes	14.294	16.788	16.328	22.061	17.654
Resultados Extraordinários	246	1.033	906	687	2.285
Resultados Antes de Impostos	14.540	17.821	17.234	22.748	19.938
Impostos	7.015	7.570	7.511	9.870	8.014
Interesses Minoritários	3.860	5.099	4.812	6.185	5.756
Resultados Líquidos	3.665	5.152	4.911	6.693	6.168
Cash Flow	12.157	13.008	15.243	17.106	18.492
Activo Líquido total	107.012	99.402	105.876	119.830	191.041
Capitais Próprios	26.681	28.399	35.540	37.814	38.877
Dívida Líquida	31.128	18.932	18.882	22.824	93.195
margem EBITDA	40%	37%	38%	41%	36%
Investimento Líquido	3.058	3.791	10.182	21.765	76.212

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento aos seus Clientes e aos seus Trabalhadores; ao Conselho Fiscal; às Instituições Financeiras que apoiaram o Grupo; aos seus Fornecedores e, em geral, aos Parceiros que se associaram à **Semapa** em iniciativas empresariais.

O Conselho de Administração expressa ainda o seu agradecimento aos accionistas pela confiança que lhe concederam, indispensável que foi para o exercício eficaz da sua actividade com o objectivo essencial de aumentar o valor da **Empresa**.

2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO ANO

Janeiro

- A **Secil** entra na área de negócio do cimento na **Tunísia** com a aquisição da **Société des Ciments de Gabès**.
- Aquisição das empresas **Asfalbetão Industrial** e **Asfalbetão Transportes** que actuam no mercado de betão-pronto.
- Arranque do módulo SAP de Recursos Humanos na **Secil/CMP**.

Fevereiro

- A **Secil Britas** obtém a Certificação de Qualidade.

Março

- Constituição da **Secil Betões e Inertes, SGPS, SA** que reúne as participações do grupo em empresas que actuam nas áreas de negócios do betão-pronto e dos inertes.
- Início da comercialização dos painéis Premolde (**Acotec**) pela **Secil Prebetão**.
- Redução da coima aplicada à **Secil** pela Comissão das Comunidades Europeias para 1918 698 Euros por acórdão emitido pelo Tribunal das Comunidades Europeias.

Abril

- Constituição da **Secil Investimentos, SGPS, SA**

Maió

- Participação das empresas do **Universo Secil** na SIMAC – Salão Internacional de Materiais de Construção realizada em Lisboa.
- Divulgação do Relatório da Comissão Científica Independente de Controlo Ambiental da Co-Incineração, criada pela Assembleia da República, com parecer favorável e propondo a localização das unidades de Co-Incineração no Outão e em Souselas.

Junho

- Lançamento, em associação com a Holderbank e através da **Secilpar**, de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Cimpor.
- Realização das "1^{as} jornadas de Processo" que foram o ponto culminante do **Projecto Secil 2000** iniciado em 1998.
- Redenominação e renominalização do Capital Social da **Semapa** de escudos para euros. As acções da Sociedade passaram a ter um valor nominal de 5 Euros sem que tenha havido alteração do número de acções emitidas, com o aumento de capital por incorporação de reservas constituídas por prémios de emissão de acções no valor de mEsc 57 036.

Julho

- Comemoração do 70º aniversário da **Secil**, com a realização de uma festa-convívio abrangendo os colaboradores de todas as empresas do **Universo Secil**.

Agosto

- Redenominação e renominalização do Capital Social da **Secil** e da **CMP** de escudos para euros e aumento do capital da Secil por incorporação de reservas.
- "Stock split" das acções da Semapa. Cada acção da Sociedade com valor nominal de 5 euros foi convertida em 5 acções de valor nominal de 1 euro cada.
- Termina da OPA lançada pela **Secilpar** sobre a Cimpor, ordenada pela CMVM.

Setembro

- A **Secil** entra na área do negócio do cimento em **Angola** através da **Tecnosecil**, conseguindo um contrato de exploração da cimenteira Encime situada no Lobito.
- Conclusão do investimento dos filtros de mangas na fábrica **Maceira-Liz**.

Outubro

- A **Unibetão** obtém a Certificação de Qualidade.

Novembro

- A **Secil** lança para o mercado o cimento tipo II 42,5.
- Cerimónia de entrega dos prémios **Secil** de Arquitectura e do Concurso Universidades aos vencedores: Arquitecto Álvaro Siza Vieira, pelo projecto para a Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Santiago de Compostela, em Espanha e Arquitecto Pedro Filipe Vieira, respectivamente.
- A **Betopal** obtém a Certificação de Qualidade.

Dezembro

- Conclusão do plano de requalificação visual e paisagística da zona "Mar" da fábrica **Secil-Outão**.
- Entrada em laboração da pedreira de "Joane", adquirida pela **Secil Britas**.
- Início dos testes de produção da nova fábrica de argamassas secas da **Secil Martingança** localizada em Pataias.
- Divulgação do Relatório do Grupo de Trabalho médico com parecer positivo sobre a Co-Incineração de resíduos industriais em fornos de cimento e nas localizações propostas pela Comissão Científica Independente.
- Venda das acções Cimpor detidas pela Secil Investimentos SGPS SA à Secilpar SL.

3. PORTUGAL

3.1. Cimento

3.1.1. Mercado e Comercialização

O consumo de cimento no mercado interno ascendeu, em 2000, a 11,3 milhões de toneladas, o que representa novo máximo histórico e um crescimento de 6,7% relativamente a 1999.

Esta progressão do consumo é consonante com o crescimento da economia portuguesa e foi especialmente sentida nos distritos de Leiria, Lisboa, Évora, Beja e Faro e na Região Autónoma da Madeira.

A evolução do mercado português, quase ímpar no contexto europeu, foi assegurada pelo crescimento sustentado da construção civil, em especial no sector de obras públicas; com efeito o ano 2000 foi marcado pelo dinamismo do sector de construção residencial revelado no 1º semestre e pelo notório crescimento do sector de obras públicas verificado no 2º semestre.

Nos meses de Novembro e Dezembro verificou-se um decréscimo significativo do mercado devido à forte pluviosidade que ocorreu em todo o país.

O consumo de cimento "per capita" atingiu o valor notável de 1 129 kg/habitante, continuando a ser bastante superior ao verificado nos restantes países da União Europeia.

Este enquadramento proporcionou o aumento, para o dobro, do cimento importado vendido no mercado nacional que se estima ter sido superior a 800 000 t.

Mercado de Cimento (1)	(1000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000 (2)
Portugal	8 431	9 544	10 071	10 578	11 292
Portugal (%)	+ 6,9	+ 13,2	+ 5,5	+ 5,0	+ 6,7
União Europeia (%)	- 3,5	+ 2,0	+ 5,7	+ 4,6	+ 1,8

Consumos de Cimento "per capita"(1)	(kg)				
	1996	1997	1998	1999	2000 (2)
Portugal	851	959	1 009	1 059	1 129
União Europeia	440	447	472	492	500

(1) Inclui cimento branco

(2) Estimativa

As vendas da **Secil** para o mercado interno totalizaram 3 966 000 toneladas, atingindo-se assim um crescimento de 0,3% em volume e de 2,4% em valor, relativamente ao ano anterior. Em termos de mix registou-se um aumento das vendas de cimento a granel e um ligeiro decréscimo das vendas de cimento ensacado

Vendas de Cimento	(1 000 contos)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Mercado Interno	44 637	49 168	51 635	53 392	54 690
Mercado Externo	1 170	483	416	557	595
Total	45 807	49 651	52 051	53 949	55 285
Variação (%)	+ 8,4	+ 8,4	+ 4,8	+ 3,6	+ 2,5

Vendas de Cimento	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Mercado Interno					
Cimento Cinzento	3 362	3 649	3 789	3 867	3 878
Granel	1 544	1 744	1 733	1 724	1 803
Saco	1 217	1 230	1 320	1 357	1 395
Pacotão	601	675	736	786	680
Cimento Branco	53	69	77	87	89
Granel	26	39	47	56	58
Saco	27	30	30	31	31
Subtotal	3 415	3 718	3 866	3 954	3 966
Variação (%)	+ 5,9	+ 8,9	+ 4,0	+ 2,3	+ 0,3

Mercado Externo					
Cimento Cinzento	123	45	35	44	42
Granel	1	1	0	0	0
Saco	0	0	0	0	1
Pacotão	122	45	35	44	41
Cimento Branco	0	0	0	3	0
Saco	0	0	0	3	0
Subtotal	123	45	35	47	42
Variação (%)	+ 21,6	- 63,7	- 22,0	+ 34,3	- 8,7

Mercado Total	3 538	3 763	3 901	4 001	4 008
Variação (%)	+ 6,4	+ 6,4	+ 3,7	+ 2,5	+ 0,2

Registou-se ao longo do ano, em particular durante o 2º trimestre, uma pressão extraordinária sobre as fábricas da **Secil** em virtude de dificuldades de abastecimento verificadas em outras unidades produtivas que operam no mercado nacional pelo que, durante alguns meses, foi implantado um sistema de controlo de vendas de cimento ensacado visando proteger as necessidades dos nossos clientes habituais.

Para responder à forte pressão da procura, mantiveram-se em nível elevado as aquisições de clínquer no mercado internacional.

Durante o ano 2000 as vendas de cimento branco cresceram apenas marginalmente face ao ano anterior (1%). A **Secil** prosseguiu o seu programa de fidelização dos clientes de cimento branco de dimensão e potencial significativos que abrange, presentemente, cerca de 40% das quantidades vendidas.

Relativamente à actividade de exportação, a forte pressão da procura interna apenas permitiu satisfazer alguns compromissos anteriormente assumidos, designadamente, em relação a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe.

Acompanhou-se, em coordenação com as fábricas **Secil-Outão** e **Maceira-Liz**, a certificação do cimento tipo II 42,5 cujo lançamento no mercado nacional se realizou, com pleno êxito, a partir de Novembro.

Manteve-se a homologação em Espanha e em Itália dos cimentos tipos I 42,5 R e tipo II 32,5 e iniciou-se o processo de certificação do cimento tipo I 42,5 Br em Espanha.

Assinala-se a incorporação de cimento fornecido directamente pela **Secil** em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente: o Edifício do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto, a restauração do Forte de Insua em Caminha, o Hospital de Tomar, a Casa da Música no Porto, o Terminal de Contentores do Porto de Setúbal, os Armazéns "Corte Inglês" em Lisboa, o Metropolitano de Lisboa e várias obras na Rede Nacional de Auto-Estradas.

No que respeita à área da distribuição, melhorou-se a eficiência do respectivo sistema e conseguiu-se minimizar o aumento do custo médio da tonelada transportada que se cifrou em 1,5 % em termos reais.

Evolução do custo médio da tonelada de cimento transportada no Continente (1991=100)

	1991	1997	1998	1999	2000
A preços correntes	100	85	83	85	89
A preços de 1991	100	64	61	61	62

Com efeito, os custos globais de distribuição diminuíram em relação ao ano anterior. Este facto decorre de melhorias verificadas na gestão logística e, sobretudo, do maior volume de vendas realizadas à porta das fábricas decorrente da relativa escassez de cimento verificada durante a Primavera em especial na região Norte do País. Ao nível dos preços, os fretes marítimos mantiveram-se, os fretes ferroviários aumentaram de acordo com a inflação e os fretes rodoviários aumentaram, em média, acima da inflação.

Refere-se que o abastecimento por via marítima aos entrepostos de Aveiro, Porto e Viana do Castelo foi feito integralmente por navios autodescarregadores com importantes ganhos económicos e ambientais.

Em Setembro de 2000 verificou-se uma actualização nos preços do cimento que correspondeu a um aumento médio de 1,8% e representou uma diminuição dos preços reais de cerca de 2%.

Evolução dos Preços do Cimento (1991=100)

	1991	1997	1998	1999	2000
Preço nominal	100	115	115	118	120
Índice de preços no consumidor	100	132	136	139	144
Preço Real	100	87	85	85	83

3.1.2. Produção

A produção de clínquer atingiu 3 052 000 toneladas, o que representa um aumento de 2,4% relativamente ao ano anterior e constitui um novo máximo histórico para o conjunto das três fábricas.

Mais uma vez foi possível melhorar sensivelmente a produtividade do trabalho nas três fábricas, conseguindo-se maior produção com menos efectivos, em resultado do esforço sustentado de racionalização que tem sido empreendido.

Produção de Clínquer	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Clínquer Cinzento					
Secil-Outão	1 622	1 592	1 655	1 719	1 796
Maceira-Liz	800	801	791	863	843
Cibra-Pataias	227	222	220	318	333
Subtotal	2 649	2 615	2 666	2 900	2 972
Clínquer Branco					
Cibra-Pataias	45	58	68	80	80
Total	2 694	2 673	2 734	2 980	3 052
Variação (%)	- 1,9	- 0,8	+ 2,3	+ 9,0	+ 2,4

Produção de Clínquer por trabalhador (1)	(t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Secil-Outão	5 021	5 725	6 198	6 537	6 987
Maceira-Liz e Cibra-Pataias	3 037	3 198	3 340	3 928	4 131

(1) Para o cálculo deste indicador consideram-se somente os trabalhadores afectos à actividade fabril.

A produção global de cimento diminuiu 1% em relação a 1999, totalizando 4 001 000 toneladas. Para fazer face à pressão da procura de cimento realizaram-se aquisições de clínquer no mercado externo que foi quase totalmente destinado à fábrica **Maceira-Liz**.

Produção de Cimento	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Cimento Cinzento					
Secil-Outão	1 873	1 988	2 073	2 185	2 224
Maceira-Liz	1 264	1 317	1 399	1 380	1 313
Cibra-Pataias	293	302	328	385	374
Subtotal	3 430	3 607	3 800	3 950	3 911
Cimento Branco					
Cibra-Pataias	50	71	78	91	90
Total	3 480	3 678	3 878	4 041	4001
Variação (%)	+ 3,8	+ 5,7	+ 5,4	+ 4,2	- 1,0

A melhoria verificada na produção de clínquer resultou da adopção de acções de engenharia de processo e de engenharia de manutenção, destinadas a obter melhoria contínua de processos, empreendidas no âmbito do **Projecto Secil 2000**. Essas acções permitiram também obter uma redução interessante dos custos operacionais.

A produção de cimento nas três fábricas continua com características finais bastante homogéneas e com elevados padrões de qualidade, aspecto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre a unidade dos padrões de exigência por que se pauta toda o **Grupo**.

Na fábrica **Secil-Outão** destaca-se a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente que se seguiu à aquisição do estatuto de Fábrica Certificada em Qualidade pela Norma ISO 9002 e em Ambiente pela Norma ISO 14001. Neste âmbito foi seleccionado o Verificador Ambiental devidamente acreditado que avaliará a adesão ao EMAS – Sistema Comunitário de Gestão e Auditoria Ambiental que se prevê venha a ocorrer durante o 1º semestre de 2001.

Por outro lado, a consolidação do sistema de comando da linha 8, a instalação de novos queimadores e a utilização do RAPIS nos moinhos de crú e nos fornos, permitiu aumentar substancialmente a produtividade das linhas de produção de clínquer. De salientar que a fábrica registou, em 2000, máximos históricos quer na produção de clínquer quer na produção de cimento.

Na fábrica **Maceira-Liz** salienta-se a instalação dos filtros de mangas em ambos os fornos e nos respectivos arrefecedores de clínquer que permitem conferir à fábrica uma situação de excelência em termos ambientais no que respeita a emissões de poeiras. As paragens das linhas para realização destas acções tiveram como consequência uma ligeira quebra na produção anual de clínquer.

Na fábrica **Cibra-Pataias** sublinha-se a realização de investimentos que visaram melhorias operacionais complementares quer ao nível do processo quer ao nível da expedição. Destaca-se o aumento das produções de clínquer cinzento e branco que atingiram novos máximos anuais em ambos os casos.

Manteve-se em funcionamento, com plena eficiência, o sistema de aprovisionamento das três fábricas em carvão e coque de petróleo. O abastecimento foi feito sem perturbações, mantendo os níveis de stock de segurança adequados.

O ano de 2000 caracterizou-se por um aumento significativo dos preços dos combustíveis sólidos pela conjugação de um conjunto de factores desfavoráveis, a saber: aumento do preço do crude-oil, aumento dos fretes marítimos, escassez de produto no mercado e aumento da taxa de câmbio do dólar americano. Nestas

condições as compras atempadamente executadas permitiram, em grande medida, minimizar as consequências negativas destes acontecimentos.

Verificaram-se também reduções nos custos com a energia eléctrica o que ocorre pelo oitavo ano consecutivo. Esta redução resultou do efeito conjugado da diminuição do tarifário praticado pela EDP com a melhoria dos consumos específicos de energia.

Conforme decisão do Conselho Geral da Qualidade e Ambiente a implementação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental foi suspensa em 1999 nas fábricas **Maceira-Liz** e **Cibra-Pataias** em função da prioridade dada ao **Projecto Secil 2000**, já que a reestruturação profunda resultante desse Projecto condicionava as definições de funções e das cadeias de responsabilidade, base estrutural indispensável à montagem do mencionado Sistema. Em 2000 foram retomadas as acções necessárias para concluir os processos de certificação das duas fábricas segundo as Normas ISO 9002 e ISO 14001, o que se prevê venha a ocorrer no 1º semestre de 2001.

Finalmente merece referência a execução das acções previstas no "Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental". Ao abrigo deste contrato prevê-se a instalação de filtros de mangas nas fábricas **Secil-Outão** e **Cibra-Pataias** e foi desenvolvido um importantíssimo projecto de requalificação visual e paisagística da zona "Mar" da fábrica **Secil-Outão** que decorrerá de 2001 a 2004.

3.1.3. Recursos Humanos

Prosseguiu a execução de acções visando aumentar a motivação e eficácia dos recursos humanos, bem como proporcionar uma identificação do pessoal com os objectivos do **Grupo**.

Obtiveram-se bons resultados nas vertentes da racionalização do volume de efectivos, do recrutamento de novos colaboradores, da formação profissional e do reconhecimento da contribuição individual e colectiva para os resultados atingidos.

Evolução do Quadro de Pessoal

	1996	1997	1998	1999	2000
SECIL					
Efectivos	468	418	398	396	394
Secil-Outão	355	309	297	292	277
Lisboa	75	73	72	77	90
Porto	21	21	18	17	18
Entrepósitos	17	15	11	10	9
Eventuais	0	0	4	6	6
Subtotal	468	418	402	402	400
Variação (%)	- 2,3	- 10,7	- 3,8	0	- 0,5
CMP					
Efectivos	399	388	370	366	363
Serviços comuns ⁽¹⁾	12	13	12	12	48
Maceira-Liz (cimento)	196	184	171	168	146
Maceira-Liz (sacos de papel)	37	37	37	37	37
Cibra-Pataias	154	154	150	149	132
Eventuais	4	0	3	5	3
Subtotal	403	388	373	371	366
Variação (%)	- 1,2	- 3,7	- 3,9	- 0,5	- 1,3
Total	871	806	775	773	766
Variação (%)	- 1,8	- 7,5	- 3,8	- 0,3	- 0,9

⁽¹⁾ A partir do ano 2000 foi reformulado o critério de afectação de pessoas aos serviços comuns em função da reestruturação operada no âmbito do Projecto Secil 2000.

Na **Secil** foram admitidos quinze novos trabalhadores o que, conjugado com a rescisão de contrato por mútuo acordo com doze trabalhadores, com uma reforma, com três saídas por pedido de demissão e um falecimento, resultou numa diminuição de dois efectivos.

Na **CMP** foram admitidos três novos trabalhadores o que, conjugado com a rescisão de um contrato por mútuo acordo com três trabalhadores e três reformas, resultou numa diminuição de três efectivos.

As acções de formação realizadas na **Secil** e na **CMP** são explicitadas nos quadros seguintes.

Formação Profissional - SECIL

Tipo de Formação	1999		2000	
	Pessoas	Horas	Pessoas	Horas
Formação Fabril	205	9 922	618	11 549
Gestão Geral	13	210	14	345
Informática	64	816	-	-
Inglês/Alemão	35	2 119	2	114
Subtotal	317	13 067	634	12 008
Programa de Aprendizagem	44	38 868	17	25 706
Total	361	51 935	651	37 714

Formação Profissional - CMP

Locais	1999		2000	
	Pessoas	Horas	Pessoas	Horas
Maceira-Liz	146	4 585	194	4 575
Cibra-Pataias	68	2 255	105	2 512
Total	214	6 840	299	7 087

O trabalho suplementar registou, relativamente a 1999, uma diminuição de 6,4% na **Secil** e de 13,9% na **CMP**.

A média etária é de 46,2 anos na **Secil** e de 46,7 anos na **CMP**.

O nível do absentismo diminuiu para 4,93%, na **Secil**, e para 3,35%, na **CMP**, continuando a situar-se em níveis aceitáveis.

Absentismo (%)					
	1996	1997	1998	1999	2000
SECIL					
Doença	4,08	3,02	2,76	4,87	4,10
Acidente	0,61	0,38	0,35	0,19	0,26
Diversos	0,41	0,24	0,38	0,26	0,57
Total	5,10	3,64	3,49	5,32	4,93
CMP					
Doença	2,05	2,54	1,95	3,03	2,56
Acidente	0,51	0,63	0,25	0,64	0,27
Diversos	0,96	0,46	0,53	0,47	0,52
Total	3,51	3,63	2,73	4,14	3,35

A **Secil** e a **CMP** distribuíram aos seus colaboradores uma gratificação extraordinária, a título de prémio, pelos resultados obtidos no exercício de 1999.

Merece especial referência a realização, no decorrer do ano 2000, de um diagnóstico organizacional que visou fundamentalmente analisar as opiniões e atitudes dos quadros do **Universo Secil** face aos processos de funcionamento e gestão que têm vindo a ser implementados e às acções de desenvolvimento e expansão que têm sido empreendidas. Este importante projecto decorreu em colaboração com o Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE.

3.1.4. Projecto Secil 2000

O **Projecto Secil 2000** concluiu-se em Maio tendo culminado com a realização das "1^{as} Jornadas de Processo" que se realizaram em Lisboa, no dia 30 de Junho, com a presença de cerca de 90 pessoas do **Universo Secil**.

A realização destas Jornadas teve por objectivo divulgar os trabalhos desenvolvidos nas áreas da Qualidade, da Melhoria dos Processos, Investimentos e Manutenção e lançar uma dinâmica de investigação virada para a melhoria contínua de processos.

3.1.5. Projecto SIM

Durante o ano 2000 prosseguiu-se a realização do **Projecto SIM - Secil, Inovação e Mudança** que tem por objectivo a modernização completa do Sistema de Informação e a redefinição e harmonização de processos e procedimentos por forma a melhorar a performance da **Empresa** a todos os níveis. O Sistema é comum à **Secil** e à **CMP** e assenta no software parametrizável SAP R/3.

O SAP R/3 foi implantado naquelas empresas, nas Áreas Financeira, Contabilística, Orçamental, Aprovisionamentos, Conservação e Recursos Humanos, tendo sido iniciada a implantação na Área Comercial e Distribuição em Janeiro de 2001.

O projecto encontra-se praticamente no fim faltando apenas concluir a realização de algumas acções complementares, designadamente a implantação do sistema automático de ponto à obra e o arranque da aplicação de suporte ao "Outsourcing".

3.1.6. Investimento

Lançaram-se e realizaram-se investimentos significativos visando o aumento das performances fabris, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços fornecidos, a melhoria das condições ambientais, a melhoria do serviço prestado a clientes e a flexibilização dos meios de transporte e sistemas de distribuição.

Destacam-se como acções mais significativas:

Na Fábrica Secil-Outão

- Adjudicação dos filtros de mangas para os fornos de clínquer;
- Actualização do sistema de controlo de processo da linha 9.

Na Fábrica Maceira-Liz

- Instalação de filtros de mangas nos fornos de clínquer.

Na Área Comercial/Distribuição

- Lançamento da construção do novo armazém de cimento ensacado no entreposto de Leixões;
- Desenvolvimento do projecto das novas instalações para a Coordenação Comercial Norte.

Na Área Administrativa

- Reformulação geral do Sistema Informático desencadeada no âmbito do **Projecto SIM – Secil, Inovação e Mudança**.

Relativamente aos subsídios ao investimento atribuídos no quadro do PEDIP II salienta--se:

- Na **Secil**, a conclusão, em Fevereiro, do projecto apresentado em 1996.
- Na **CMP**, a conclusão, em Setembro, do projecto destinado exclusivamente à instalação de filtros de mangas na fábrica **Maceira-Liz**.

3.2. Betão-Pronto e Inertes

O mercado global de betão-pronto teve uma evolução muito positiva em 2000 e aumentou em cerca de 20% em relação a 1999. Com efeito, o consumo de cimento pela indústria de betão-pronto aumentou 16,6% e representou 24,4% do consumo global do continente, mantendo-se a tendência de progressiva e gradual aproximação aos padrões europeus. De salientar que esta percentagem não inclui o cimento destinado à produção de betão-pronto pelas empresas de construção civil nas suas centrais próprias que se estima ser de volume considerável.

Consumo de Cimento pela Indústria do betão-pronto (Continente)	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000 (1)
Consumo	1 496	1 892	1 939	2 037	2 375
Consumo (%)	19,2	21,3	21,4	21,7	24,4
Variação (%)	+ 29,7	+ 26,5	+ 2,5	+ 5,1	+ 16,6

(1) Estimativa

Por seu turno, o mercado dos inertes teve, em 2000, um comportamento pautado pela estabilidade.

Durante o exercício procedeu-se ao reagrupamento das participações da **Secil** nestas áreas de negócio com a constituição da **Secil-Betões e Inertes, SGPS** sociedade que passou a deter as participações do grupo neste domínio.

Na área do betão-pronto o desempenho das empresas do grupo foi positivo, no seu conjunto, embora ligeiramente abaixo do registado no ano anterior. Esse desempenho caracteriza-se globalmente por:

Betão-Pronto		1998	1999	2000	%
Centrais		32	33	40	+ 21,2
Produção	(1 000 m ³)	1 350	1 691	2 170	+ 28,3
Volume de Vendas	(1 000 contos)	16 124	19 901	24 170	+ 21,5
EBIT	(1 000 contos)	1 629	2 338	1 940	- 17,0
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	1 263	1 497	1 414	- 5,5
"Cash-Flow"	(1 000 contos)	1 993	2 277	2 210	- 2,9
Efectivos		446	453	458	+ 1,1

Nesta área de negócio salientam-se como factos relevantes a obtenção pela **Unibetão** e pela **Betopal** do estatuto de empresas certificadas segundo a Norma ISO 9001, a aquisição das empresas **Asfalbetão-Industrial** e **Asfalbetão-Transportes** e o início de actividade da central de Vendas Novas da **Britobetão** que permitiram aumentar a capacidade de produção.

A **Secil Betões e Inertes** firmou um contrato-promessa com vista à aquisição de uma participação na sociedade **MCD – Materiais de Construção Dragados e Betão-Pronto**.

Para 2001 antevê-se um ligeiro acréscimo das vendas e admite-se uma ligeira quebra nas margens de comercialização pelo que se esperam resultados operacionais do mesmo nível dos atingidos em 2000.

Na área dos Inertes o desempenho das empresas foi igualmente positivo e, também, abaixo do verificado no ano anterior, caracterizando-se globalmente por:

Inertes ⁽¹⁾		1998	1999	2000	%
Pedreiras		5	5	6	+ 20,0
Produção	(1 000 t)	2 766	3 104	2 455	- 20,9
Volume de Vendas	(1 000 contos)	3 359	3 536	2 953	- 16,5
EBIT	(1 000 contos)	433	713	571	- 19,9
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	363	425	383	- 9,9
"Cash-Flow"	(1 000 contos)	979	1 025	895	- 12,7
Efectivos		137	137	116	- 15,3

(1) Neste quadro estão apenas consideradas as empresas do sector incluídas no perímetro de consolidação, pelo que se excluiu a empresa Fornecedora, o que corresponde a uma alteração do critério usado nos relatórios anteriores.

Como facto saliente destaca-se a entrada em funcionamento da pedreira de Joane da **Secil Britas**.

Neste sector perspectiva-se um acréscimo sensível das vendas quer nos mercados do Norte, em que actua a **Secil Britas**, quer no mercado do Algarve, em que actua a **Ecob**.

3.3. Préfabricação em Betão

O crescimento do sector de obras públicas afectou positivamente a actividade da **Secil Prebetão** permitindo aumentar o volume de vendas em cerca de 9% relativamente a 1999. A **Argibetão**, por seu turno, melhorou a performance conseguida no ano anterior essencialmente devido ao crescimento ocorrido nas vendas do bloco split (+ 23% que no ano anterior). No seu conjunto as empresas obtiveram bons resultados, embora ligeiramente abaixo do nível atingido em 1999.

		1998	1999	2000	%
Fábricas		9	9	9	0,0
Produção	(1 000 t)	415	376	388	+ 3,2
Volume de Vendas	(1 000 contos)	4 950	4 409	4 563	+ 3,5
EBIT	(1 000 contos)	322	39	29	- 25,6
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	290	56	42	- 25,0
"Cash-Flow"	(1 000 contos)	623	526	496	- 5,7
Efectivos		376	359	348	- 3,1

Salientam-se, na **Secil Prebetão**, a conclusão do processo de Certificação da Empresa de acordo com a Norma ISO 9002 aguardando-se a emissão do respectivo certificado durante o 2º trimestre de 2001, o lançamento no mercado dos novos painéis "Premolde" e a conclusão dos investimentos da nova linha de produção. Na **Argibetão** destaca-se a consolidação do Sistema de Informação, o sucesso da política de controlo de créditos prosseguida e a prossecução do plano de modernização dos equipamentos produtivos.

3.4. Fibrocimento

O mercado do fibrocimento cresceu ligeiramente no sector de chapas e decresceu no sector de tubos. Manteve-se uma situação de concorrência agressiva que se traduziu em diminuição geral de preços razão pela qual a **Cimianto – Sociedade Técnica de Hidráulica** teve uma performance abaixo da obtida em 1999 que se traduziu em resultados líquidos negativos na ordem de 60 000 contos.

O ano 2000 foi marcado pela paragem da produção e encerramento da actividade, no final do ano, do principal concorrente.

Salientam-se como factos significativos a realização do processo de Certificação Ambiental segundo a Norma ISO 14001 que se espera concluir durante o 1º semestre de 2001, o início da produção da chapa FS que representa um salto qualitativo na valorização do factor segurança na utilização da chapa de fibrocimento e a aquisição de 50% da **Novinco** que permitiu obter o controlo completo dessa empresa.

3.5. Aglomerantes e Argamassas

Como se esperava o mercado da cal hidráulica encontra-se em fase de declínio tendo, em 2000, decrescido ligeiramente. Em contrapartida o mercado dos rebocos prontos continua a crescer de forma sustentada em resultado da substituição progressiva dos rebocos tradicionais. Por seu lado, o mercado do cimento cola continua a aumentar ligeiramente sendo que a instalação, em Portugal, de fabricantes estrangeiros e a entrada de novos concorrentes tem vindo a provocar a degradação das margens de comercialização e a tornar o negócio cada vez menos atractivo.

De assinalar que nos produtos da gama **Secil-IQM** se registou uma ligeira subida (+ 1,6%).

Neste enquadramento, a **Secil Martingança** atingiu novamente uma boa performance registando aumento no Volume de Vendas; a diminuição verificada nos Resultados Operacionais e Líquidos decorre apenas do aumento significativo das amortizações resultantes do investimento na nova unidade de produção de argamassas.

		1998	1999	2000	%
Fábricas		1	1	1	0,0
Cal Hidráulica	(1 000 t)	69	72	69	- 4,2
Argamassas	(1 000 t)	43	60	70	+ 16,7
Volume de Vendas	(1 000 contos)	1 277	1 471	1 585	+ 7,7
EBIT	(1 000 contos)	228	259	130	- 49,8
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	155	159	60	- 62,3
"Cash-Flow"	(1 000 contos)	249	264	258	- 2,3
Efectivos		79	78	80	2,6

Como acções significativas destaca-se a construção da nova unidade de argamassas secas, localizada em Pataias, com produção estimada de 250 000 t por ano, o investimento em equipamentos de controlo de qualidade e a aquisição de silos para fornecimento de argamassas a granel.

3.6. Painéis de Cimento-Madeira

Na **Viroc Portugal** confirmaram-se as perspectivas anunciadas no Relatório anterior que permitem encarar com optimismo a recuperação deste projecto empresarial. Com efeito as vendas em valor e em volume registaram aumentos positivos, o "Cash-Flow" foi positivo e mais que duplicou relativamente a 1999 e, pela primeira vez, foram atingidos resultados operacionais anuais positivos.

		1998	1999	2000	%
Fábricas		1	1	1	0,0
Vendas	(m ³)	9 045	9 260	11 968	+ 29,2
Volume de Vendas	(1 000 contos)	848	861	1 198	+ 39,1
EBIT	(1 000 contos)	- 271	- 166	29	+ 117,5
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	- 512	- 192	- 80	+ 58,3
"Cash-Flow"	(1 000 contos)	- 222	68	140	+ 105,9
Efectivos		62	57	66	+ 15,8

Esta performance foi possível em resultado da aplicação de uma rigorosa política de controlo de custos e de recuperação de pagamentos a fornecedores e de recebimentos de clientes e, sobretudo, porque se verificou uma evolução muito positiva nos principais mercados tendo a **Viroc** conseguido aumentar a sua quota e melhorar as margens.

O plano de reestruturação da dívida acordado com a banca e com os principais credores tem vindo a ser cumprido com pontualidade.

3.7. Distribuição de Cimento para as Regiões Autónomas

As empresas cimenteiras das Regiões Autónomas, a **Cimentos Madeira** e a **Cimentaço**, obtiveram resultados líquidos francamente positivos, na primeira, ligeiramente abaixo de 1999 e, na segunda, ligeiramente acima. Os consumos regionais de cimento permanecem num nível excepcionalmente elevado em particular na Região Autónoma da Madeira.

O Mercado dos Açores atingiu 286 000 t e aumentou 2,1% relativamente a 1999 atingindo um máximo histórico. A **Cimentaço** atingiu resultados líquidos na ordem dos 600 000 contos, que foram os melhores de sempre, e gerou um "Cash-Flow" de 784 000 contos.

O Mercado da Madeira cresceu de forma considerável (+ 6%) e atingiu 530 000 toneladas o que constitui também um máximo histórico. No entanto permanece em actividade na Região Autónoma uma empresa de comercialização de cimento pelo que as vendas da **Cimentos Madeira** se situaram em 358 000 toneladas (- 8% que em 1999). A **Cimentos Madeira** atingiu resultados líquidos de 314 476 contos (- 13,7% que em 1999) e gerou um "Cash-Flow" de 467 805 contos.

3.8. Transporte de Cimento

Na **Cimentrans** o nível de actividade foi praticamente idêntico ao atingido em 1999 (- 0,4%). No entanto, a nova legislação disciplinadora da actividade do sector no que respeita a cargas e horários dos motoristas veio penalizar os custos e consequentemente as margens pelo que a empresa obteve resultados negativos (- 6 150 contos). O "Cash-Flow" gerado, embora positivo na ordem dos 65 000 contos, foi inferior ao de 1999 (- 18%).

3.9. Produção de Energia

As empresas produtoras de energia eléctrica subsidiárias da **Enersis** produziram 237 GWh que corresponde à melhor produção de sempre. O volume de vendas ascendeu a 3,1 milhões de contos tendo os resultados líquidos atingido o valor de 439 000 contos.

Conforme previsto, prosseguiram em 2000 os investimentos no domínio dos parques eólicos. Assim, entrou em funcionamento o parque eólico de Cabeço de Alto e encontram-se praticamente concluídos os parques eólicos da Lomba da Seixa e de São Cristóvão com capacidade produtiva de 13 MW e 3,3 MW, respectivamente, que deverão arrancar durante o 1º trimestre de 2001.

		1998	1999	2000	%
Produção	(GWh)	177	197	237	+ 20,3
Volume de Vendas	(1 000 contos)	2 095	2 394	3 074	+ 28,4
EBIT	(1 000 contos)	1 105	1 494	1 545	+ 3,4
Resultados Líquidos	(1 000 contos)	87	488	439	- 10,0
Efectivos		59	57	52	- 8,8

Com estes investimentos a capacidade total instalada passou a ser de cerca de 101 MW dos quais 41 MW em parques eólicos e 60 MW em centrais mini-hídricas.

Para 2001 perspectiva-se o início da construção de parques eólicos que totalizam cerca de 20 MW da potência instalada.

3.10. Sacos de Papel

A produção da linha de sacos de papel instalada na fábrica **Maceira-Liz** sofreu um decréscimo de 2,7% em relação a 1999, fruto da diminuição da venda de sacos em consequência do decréscimo do volume de vendas de cimento ensacado do grupo. Naturalmente este facto conduziu a uma diminuição da produtividade de mão-de-obra em relação ao ano anterior, mantendo-se, contudo, acima de 1,4 milhões sacos/homem ano.

Os custos operacionais apresentaram, em relação ao ano anterior, um aumento de cerca de 5,3% explicada, em larga medida, pelo aumento médio do custo do papel que foi de 5,1%.

		1998	1999	2000	%
Fábricas		1	1	1	0,0
Produção	(1 000 sacos)	47 293	53 493	52 071	- 2,7
Volume de Vendas ⁽¹⁾	(1 000 contos)	1 532	1 601	1 588	- 0,8
EBIT	(1 000 contos)	363	531	498	- 6,2

(1) Estão incluídas as cedências de sacos de papel às Fábricas Maceira-Liz e Cibra-Pataias

3.11. Valorização e Reciclagem de Resíduos

O processo de eliminação de resíduos industriais com valorização energética está pendente de um período de consulta pública após apreciação e parecer positivo da Comissão de Médicos criada pela Assembleia da

República que se seguiu ao relatório e parecer, também favorável, da Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Co-Incineração, também criada pela Assembleia da República.

A **Scoreco**, onde está representado o sector cimenteiro português em associação com a Scori, empresa francesa pioneira no tratamento de resíduos industriais em fornos de cimento, aguarda desenvolvimentos positivos nesta matéria durante o ano de 2001.

Em associação com outros parceiros estratégicos foram desenvolvidas acções conducentes à participação da nossa associada **Ecoresíduos** na criação de empresas dedicadas ao tratamento de veículos em fim de vida, tendo em vista a despoluição, desmantelamento e recuperação de peças, a fragmentação e tratamento de metais e a reciclagem e valorização de resíduos não metálicos, resultantes destas actividades, no sector cimenteiro. A concretização do resultado destas acções está prevista para o 1º semestre de 2001.

4. TUNÍSIA

4.1. Cimento

4.1.1. Mercado e Comercialização

Em 2000 o consumo de cimento e cal artificial foi de 5,4 milhões de toneladas o que representa um crescimento notável de 13,1% relativamente a 1999.

Com efeito deu-se uma retoma inesperada do mercado de construção fruto do lançamento de vários importantes projectos públicos de infraestruturas e de construção civil bem como da reanimação do sector da construção da habitação e do turismo. Este fenómeno afectou todo o país e, também, a região sul que corresponde ao mercado natural da **Société des Ciments de Gabès**.

Neste âmbito salienta-se o aumento do consumo da cal artificial que a nível nacional se cifrou em 16,8% e que, na região sul, atingiu um crescimento excepcional na ordem dos 72%.

Mercado de ligantes	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Cimento	3 814	4 003	4 109	4 387	4 948
Cal Artificial	351	381	394	398	465
Ligantes	4 165	4 384	4 503	4 785	5 413
Ligantes (%)	-	+ 5,3	+ 2,7	+ 6,3	+ 13,1

Consumos "per capita"	(kg)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Cimento	424	445	456	488	550
Cal Artificial	39	42	44	44	51
Ligantes	463	487	500	532	601

As vendas de ligantes da **SCG** para o mercado interno totalizaram 1 013 000 toneladas, atingindo um crescimento notável de 20,5% em volume e de 23,6% em valor, relativamente ao ano anterior. De assinalar o aumento sensível das vendas de cal artificial que quase triplicaram.

Dada a forte pressão da procura interna não se realizaram exportações de clínquer o que sucede pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Volume de Vendas	(1 000 DT)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Ligantes	37 029	37 177	35 440	38 429	46 065
Mercado Interno	30 797	32 055	32 412	37 277	46 065
Mercado Externo	6 232	5 122	3 028	1 152	0
Outros	2 584	2 171	2 243	1 956	2 243
Total	39 613	39 348	37 683	40 385	48 308
Variação (%)	-	- 0,7	- 4,2	+ 7,2	+ 19,6

Volume de Vendas	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Mercado Interno	740	766	758	841	1 013
Cimento	699	731	718	781	931
Cal Artificial	41	35	40	29	82
Clínquer	0	0	0	31	0
Subtotal	740	766	758	841	1 013
Variação (%)	-	+ 3,5	- 1,0	+ 10,9	+ 20,5
Mercado Externo					
Clínquer	194	167	91	35	0
Mercado Total	934	933	849	876	1 013
Variação (%)	-	- 0,1	- 9,0	+ 3,2	+ 15,6

Destaca-se ainda, ao nível comercial, o lançamento de um novo produto para o mercado – o cimento HRS.

Durante o ano 2000 registou-se um aumento médio dos preços dos ligantes na ordem dos 3%.

4.1.2. Produção

A produção de clínquer atingiu 766 000 t o que representa um aumento sensível de 9% relativamente ao ano anterior.

A produção global de ligantes ascendeu a 1022 000 t que significa um aumento significativo de 26,2% relativamente ao ano anterior.

O aumento obtido nas produções de clínquer e ligantes foi fruto de um conjunto de acções de melhoria de performance entretanto empreendidas.

Produções	(1 000 t)				
	1996	1997	1998	1999	2000
Clínquer	806	820	731	703	766
Variação (%)	-	+ 1,7	- 10,9	- 3,8	+ 9,0
Ligantes					
Cimento	701	735	724	781	940
Cal Artificial	38	35	37	29	82
Total	739	770	761	810	1 022
Variação (%)	-	+ 4,2	- 1,2	+ 6,4	+ 26,2

Ao nível da qualidade dos produtos produzidos, e na perspectiva de desenvolvimento de acções que permitam melhorar a imagem da empresa e ganhar a confiança dos seus clientes, refere-se como elemento muito positivo a reorganização e conclusão do processo documental de certificação da empresa segundo a Norma ISO 9002, esperando-se a emissão do respectivo certificado durante o 1º trimestre de 2001.

4.1.3. Recursos Humanos

Iniciaram-se acções visando melhorar a eficácia dos recursos humanos bem como proporcionar uma progressiva identificação com os objectivos da **Secil**.

Neste âmbito foram realizadas várias acções de formação de quadros da empresa envolvendo a deslocação de quadros técnicos da **Secil** a Gabès e de 14 quadros da **SCG** a Portugal.

Evolução do Quadro de Pessoal					
	1996	1997	1998	1999	2000
Efectivos	563	545	540	538	515
Variação (%)	-	- 3,2	- 0,9	- 0,4	- 4,3

4.1.4. Investimento

Realizaram-se várias acções com o objectivo de melhorar francamente a performance fabril, a saber:

- Intervenção na linha 2 que permitiu reduzir os consumos energéticos e aumentar a produção média diária;
- Início da intervenção na linha 1 com idêntico objectivo;
- Conclusão dos projectos de reconversão do combustível utilizado nos fornos e de modernização e expansão da capacidade de produção da fábrica;
- Lançamento do estudo de impacto sobre o porto de Gabès de descargas e movimentação de coque e carvão.

4.1.5. Resultados

Em 2000 a **SCG** teve performance notável. Com efeito os resultados líquidos aumentaram para mais do dobro e o "Cash-Flow" aumentou cerca de 23% face ao ano anterior.

	(1 000 DT)			
	1998	1999	2000	%
Volume de Vendas	37 683	40 385	48 308	+ 19,6
EBITDA	5 988	5 849	8 872	+ 51,7
EBIT	437	657	4 114	+ 526,2
Resultados Líquidos	950	1 536	3 529	+ 129,8
Cash-Flow	6 501	6 728	8 287	+ 23,2

5. ANGOLA

5.1. Cimento

No corrente ano foi constituída a associada **Tecnosecil**, na qual a **Secil** é o sócio de referência com uma participação no capital de 70%. É objectivo desta sociedade o desenvolvimento de negócios na fileira cimenteira em **Angola** e particularmente no mercado natural da região centro e sul.

Em 26 de Setembro de 2000, realizou-se a cerimónia de entrega à **Tecnosecil** da fábrica da Encime no Lobito, em contrato de cessão de exploração. Numa 1ª fase, até ao final do 1º trimestre de 2001, será recuperada a capacidade de moagem instalada produzindo-se cimento com recurso a clínquer importado prevendo-se, numa 2ª fase, a recuperação da capacidade instalada de produção própria de clínquer (120 000 t/ano) ou a instalação de nova capacidade consoante o desenvolvimento do mercado o justifique.

6. CABO VERDE

6.1. Inertes

A **ICV-Inertes de Cabo Verde, Lda** concluiu, em Abril de 2000, o fornecimento de inertes para a obra do novo Aeroporto da Cidade da Praia, tendo em seguida procedido à re-instalação da central de britagem em pedra própria, localizada em João Varela, a 11 km daquela cidade.

A venda de inertes para o mercado local teve início em Agosto de 2000, numa conjuntura desfavorável de abrandamento significativo do ritmo das actividades de construção civil e obras públicas que se sentiu a partir do 2º trimestre do ano e que, necessariamente, afectou fortemente as vendas da empresa e consequentemente os resultados atingidos.

Os primeiros sinais de recuperação registaram-se já em Janeiro de 2001 prevendo-se a sua progressiva intensificação, em particular no 2º semestre do ano.

7. DESENVOLVIMENTO

Na vertente do desenvolvimento, continuaram a promover-se projectos empresariais autónomos no domínio do cimento e em áreas complementares da indústria, particularmente no que respeita a produtos de inovação para a construção civil.

Destacam-se como acções mais significativas:

- Aquisição da **Société des Ciments de Gabès** realizada através de concurso público internacional, promovido pelo Governo Tunisino, em competição com algumas das mais importantes empresas cimenteiras europeias. A concretização deste importante projecto constituiu um marco fundamental no sentido da internacionalização da Empresa na área cimento.
- Constituição da empresa **Secil, Betões e Inertes, SGPS, SA** que reúne as participações das sociedades que se dedicam à produção e comercialização de betão-pronto, inertes e actividades conexas.
- Constituição da empresa **Secil-Investimentos, SGPS, SA** que reúne as participações estratégicas para o grupo, integrantes ou não do seu “core-business”.
- Constituição da empresa **Secilpar, SL**, com sede em Madrid, que actualmente detém a participação da **Secil** na Cimpor que, à data de 31 de Dezembro de 2000, é de 9% correspondendo a um investimento global de 42,4 milhões de contos.
- Aquisição de 100% da empresa **Asfalbetão-Sociedade Industrial, Lda** e de 90% da empresa **Asfalbetão-Transportes** que actuam na área de negócio de betão-pronto.
- Constituição da **Tecnosecil, SARL**, em **Angola** que detém um contrato de exploração, em regime de concessão, da unidade fabril do Lobito integrada na Encime.
- Participação no capital da Zona Franca de Zarzis (Tunísia).
- Realização de um contrato-promessa para aquisição da empresa **Sud-Beton** que actua no negócio de betão-pronto na Tunísia.
- Estudo de várias oportunidades de investimento noutros países designadamente na Turquia, Estados Unidos e Tunísia na área do cimento e, em Espanha, na área de produção de energia eléctrica.

No âmbito das acções conducentes à internacionalização da **Empresa** merece especial destaque o lançamento, através da **Secilpar, SL**, de uma Oferta Pública Geral de Aquisição sobre as acções representativas do capital social da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA.

A **Secilpar** condicionou a aquisição dos valores mobiliários objecto da Oferta à verificação cumulativa das seguintes condições:

- Aceitação da oferta por accionistas que, em conjunto com as pessoas que se encontram com a **Secilpar** em alguma das situações previstas no nº 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, sejam titulares de, pelo menos, 67% da totalidade das acções representativas do capital social da Sociedade Visada;
- Cessação dos direitos especiais do Estado Português enquanto accionista da Sociedade Visada, eventualmente através da aceitação da Oferta;

- A assembleia geral da Sociedade Visada, cuja convocação para o efeito foi oportunamente promovida, delibere eliminar as limitações ao exercício de direito de voto consagradas no artigo 7º do contrato de sociedade da Sociedade Visada;
- Não ocorrer qualquer alteração imprevisível e substancial das circunstâncias em que a Oferente fundou a decisão de realizar a oferta, sendo que a **Secilpar** fundou tal decisão no pressuposto de que, até ao termo do prazo da Oferta, e sem prejuízo do previsto no artigo 182º do Código dos Valores Mobiliários, não ocorreriam factos, susceptíveis de frustrar os objectivos que se propôs da mesma.

Uma vez que a **Secil** entendeu não dever assumir os riscos envolvidos num recurso posterior ao mercado internacional para a venda dos activos não estratégicos, os objectivos a que se propunha atingir só seriam alcançados com a coordenação com um Grupo cimenteiro internacional de uma tomada de posição na Cimpor.

Neste contexto a **Secil** escolheu a Holderbank Financière Glaris, S.A., o maior produtor mundial de cimento, com quem estabeleceu um acordo no sentido de, através da **Secilpar**, lançar a Oferta Geral de Aquisição sobre a Cimpor.

Caso a presente Oferta tivesse sido bem sucedida, a **Secilpar** ficaria numa 1ª fase a controlar entre 67% e 100% do capital da Cimpor.

Posteriormente e na sequência do acordado entre a **Secil** e a Holderbank, a **Secil** ficaria com as seguintes participações sociais detidas, directa ou indirectamente, pela Cimpor.

- a) Corporación Noroeste (Espanha)
- b) Denominado Grupo Brennand (Brasil), integrando as seguintes empresas:
 - Companhia de Cimento AtoI, S.A.
 - Companhia Paraíba de Cimento Portland, S.A.
 - Companhia de Cimento Goiás, S.A.
- c) Ameriyah Cement Company (Egipto)

Por seu lado a Holderbank, ficaria a deter a Cimpor já sem aquelas participações.

A **Secilpar** e a Holderbank Financière Glaris solicitaram por requerimento de 16 de Junho do corrente ano, nos termos e para os efeitos do Dec.-Lei 380/93, autorização para adquirirem uma participação até 100% do capital social com direito de voto da Cimpor o qual foi indeferido em 6 de Julho. Note-se que devido à legislação em vigor, uma tomada de participação superior a 10% do capital da Cimpor carece sempre de autorização governamental.

A 7 de Julho, as mesmas sociedades solicitaram através de um novo requerimento, autorização para adquirir uma participação superior a 10% do capital social da Cimpor prescindindo como condição de sucesso da oferta a renúncia do Estado aos direitos especiais que lhe são atribuídos pelo artº 22 dos estatutos da Cimpor.

A 11 de Agosto este requerimento foi igualmente indeferido, pelo que lamentavelmente a Oferta não pode prosseguir.

Foram três as razões invocadas pelo Estado: a aceitação da oferta levaria à retirada da Cimpor do mercado de capitais, haveria uma divisão dos activos da empresa e a **Secilpar** não ficaria com nenhum dos activos

existentes em Portugal e por último, os interesses patrimoniais do Estado seriam lesados na medida em que tornaria inviável a alienação em boas condições socio-económicas da posição remanescente do Estado na Cimpor .

A primeira razão invocada pelo Estado, não tem razão de ser pois sempre foi intenção da Holderbank manter a empresa cotada na BVL e o seu centro de decisão em Portugal. Quanto à segunda razão invocada, existem razões de legislação de defesa da concorrência que nos dificultam a aquisição de activos cimenteiros em Portugal. Relativamente à última razão apontada, dado que a empresa continuaria com as suas acções cotadas na BVL, não tem fundamento.

No entanto, Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças emitiu um comunicado, em que afirma que até à conclusão da privatização total da Cimpor indefere qualquer pretensão de aquisição de uma posição de mais de 10% do seu capital social.

Em 30 de Dezembro foi publicado o Decreto-Lei nº 331/2000 destinado a aprovar a 4ª fase de reprivatização da Cimpor que revestirá a forma de concurso público para o bloco indivisível de 10,049% do capital da Cimpor actualmente propriedade do Estado. Neste diploma também se revoga o artigo 12º, nº 1, do Decreto-Lei nº 410/93, de 21 de Dezembro, que impedia a participação directa ou indirecta, no referido concurso, de titulares de acções reprivatizadas da **Secil**.

A **Secil** convocou uma Assembleia Geral da Cimpor para 20 de Fevereiro de 2001 com o objectivo de se revogar o artigo 7º dos estatutos da Cimpor no que respeita às limitações do direito de voto.

8. ÁREA FINANCEIRA

O passivo financeiro líquido consolidado à data de 31 de Dezembro de 2000 ascende a 93,2 milhões de contos que comparativamente ao ano anterior representa um significativo acréscimo de cerca de 70 milhões de contos em consequência dos avultados investimentos realizados em activos fixos e financeiros.

O investimento líquido consolidado realizado pela **Semapa** em 2000 ascendeu a 76,2 milhões de contos sendo de destacar o montante de 22,8 milhões de contos correspondente à aquisição de 5,8 milhões de acções da Cimpor - à data o Gupo detém 12.091.940 acções Cimpor representando um Investimento consolidado total de 42.4 milhões de contos - e o montante de 49,1 milhões de contos destinado à aquisição de 98,7% do capital da **Société des Ciments de Gabès**.

Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes dos investimentos realizados contraíram-se vários empréstimos de médio e longo prazo junto de instituições financeiras, totalizando cerca de 75 milhões de contos

O processo interposto pela **Secil** contra o Estado Português para ressarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do Fundo de Pensões da **CMP** contida na documentação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua em curso não tendo tido, durante o exercício de 2000, evolução relevante.

Por acórdão de 15 de Março de 2000, o Tribunal de 1ª Instância das Comunidades Europeias deu provimento parcial ao recurso interposto pela **Secil** da decisão da Comissão das Comunidades Europeias que lhe aplicara uma coima de 4 037 552 Euros por violação das regras comunitárias de concorrência. Pelo acórdão acima citado esta coima foi reduzida para 1 918 698 Euros.

A **Secil** continua a assumir, por conta própria, parte das responsabilidades com pensões de reforma do pessoal que já não se encontra no activo e que, em estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2000, estavam avaliadas em 2 928 000 contos.

Em termos consolidados, a **Semapa** encerrou as suas contas com um resultado antes de impostos de 19 938 202 contos e com um resultado líquido de 6 167 758 contos tendo gerado um "Cash-Flow" depois de impostos de 18 491 556 contos.

A cotação da acção durante o ano de 2000, registou um mínimo de EUR 3.00 e um máximo de EUR 4.47, tendo fechado a EUR 3.85 no último dia útil do ano. (o valor destas cotações foi ajustado ao "stock split" das acções semapa)

A **Semapa** de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 31 de Março de 2000 procedeu ao pagamento de dividendos aos seus accionistas no montante de 4 237 350 contos, o que equivale a 180\$00 por acção em circulação (antes do "stock split").

No que se refere à distribuição de dividendos, a Sociedade tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer ao endividamento nem pôr em causa a sua solidez financeira.

A Sociedade durante o exercício adquiriu 185.000 acções próprias (que correspondem a 925.000 acções depois do "stock split") ao abrigo da autorização obtida pelo Conselho de Administração na última Assembleia Geral da Sociedade ocorrida em 31 de Março de 2000.

Em Junho de 2000 realizou-se a redenominação e renominalização do Capital Social da **Semapa** de escudos para euros. As acções da Sociedade passaram a ter um valor nominal de 5 Euros sem que tenha havido alteração do número de acções emitidas. Com aumento de capital por incorporação de reservas constituídas por prémios de emissão de acções no valor de mEsc 57 036.

Em Agosto de 2000 procedeu-se ao "stock split" das acções da **Semapa**. Cada acção da Sociedade com valor nominal de 5 euros foi convertida em 5 acções de valor nominal de 1 euro cada.

Quanto às recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, esta sociedade, dentro do que é compatível com as suas características, tomou já algumas iniciativas de implementação. Destaca-se no âmbito da informação o facto dos documentos de prestação de contas estarem já disponíveis em formato digital para serem entregues ou enviados por correio electrónico aos accionistas que o solicitem, e no âmbito da representação accionista a concretização do sistema de voto por correspondência.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a seguinte aplicação para o saldo da conta de resultados líquidos de 6 167 757 802 \$ 00 :

Dividendo às acções em circulação:	3 736 933 280\$00
Reserva legal	308.387.890\$00
Reservas livres:	2 122 436 632\$00

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2001

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Alberto Fernandes Falcão
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal



SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

ACTIVO	Notas	2000		1999		CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2000	1999
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	53 e 54	23.723.525	23.666.489
Despesas de instalação	27	443.478	(324.245)	119.233	25.451	Ações próprias - valor nominal	54	(311.405)	(125.656)
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	190.125	(103.790)	86.335	22.638	Ações próprias - descontos e prémios	54	(728.299)	(230.795)
Propriedade industrial e outros direitos	27	17.536.190	(408.603)	17.126.587	29.064	Prémios de emissão de ações	54	786.583	843.619
Trespasas	27	62.163	(2.703)	59.460	31.211	Diferenças de consolidação	10 e 54	(123.893)	(1.674.039)
Diferenças de consolidação	10 e 27	28.701.599	(7.823.137)	20.878.462	16.399.661	Reservas de conversão cambial	54	(117.517)	-
Imobilizações em curso	27	87.898	-	87.898	102.297	Reserva de reavaliação	54	4.217.632	5.833.890
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	5.000	-	5.000	5.000	Reservas:			
		<u>47.026.453</u>	<u>(8.663.478)</u>	<u>38.362.975</u>	<u>16.615.322</u>	Reservas legais	54	1.168.080	833.415
Imobilizações corpóreas:						Outras reservas	54	4.086.852	1.965.557
Terenos e recursos naturais	27	8.235.814	(1.299.239)	6.936.575	6.804.657	Resultados transitados	54	8.103	8.103
Edifícios e outras construções	27	55.824.133	(35.172.809)	20.651.324	16.109.783	Resultado consolidado líquido do exercício	54	<u>6.167.758</u>	<u>6.693.311</u>
Equipamento básico	27	167.791.749	(126.722.633)	41.069.116	28.272.794	Total do capital próprio		<u>38.877.419</u>	<u>37.813.894</u>
Equipamento de transporte	27	8.278.154	(6.655.273)	1.622.881	981.618				
Ferramentas e utensílios	27	745.572	(636.989)	108.583	133.065	INTERESSES MINORITÁRIOS	55	<u>37.052.644</u>	<u>35.675.242</u>
Equipamento administrativo	27	4.289.411	(3.449.312)	840.099	924.004				
Taras e vasilhame	27	3.317	(3.266)	51	95	PASSIVO:			
Outras imobilizações corpóreas	27	1.230.514	(927.796)	302.718	211.294	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Imobilizações em curso	27	1.130.575	-	1.130.575	873.736	Provisões para impostos	46	-	98.033
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	135.601	-	135.601	71.500	Outras provisões para riscos e encargos	46	<u>1.175.199</u>	<u>1.997.125</u>
		<u>247.664.840</u>	<u>(174.867.317)</u>	<u>72.797.523</u>	<u>54.382.546</u>			<u>1.175.199</u>	<u>2.095.158</u>
Investimentos financeiros:						DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:			
Partes de capital em empresas do grupo	27	2.258.405	-	2.258.405	2.927.152	Empréstimos por obrigações	56	19.662.290	18.930.000
Partes de capital em empresas associadas	27	4.588.183	-	4.588.183	4.367.561	Dívidas a instituições de crédito	56	69.495.546	203.826
Empréstimos a empresas associadas	27	443.443	-	443.443	60.000	Outros empréstimos	56	750.000	1.062.500
Títulos e outras aplicações financeiras	27	43.416.864	(441.989)	42.974.875	20.060.948	Accionistas	55	48.864	48.864
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		341.720	-	341.720	-	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	<u>98.769</u>	<u>168.580</u>
		<u>51.048.615</u>	<u>(441.989)</u>	<u>50.606.626</u>	<u>27.415.661</u>			<u>90.055.469</u>	<u>20.413.770</u>
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:						DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						Empréstimos por obrigações	56	220.000	1.250.000
Outros devedores	50	275.676	-	275.676	137.269	Dívidas a instituições de crédito	56	7.683.439	3.829.816
						Outros empréstimos	56	312.500	139.175
CIRCULANTE:						Fornecedores, conta corrente		7.156.095	5.442.941
Existências:						Fornecedores - facturas em recepção e conferência		208.285	134.383
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		4.713.828	(352.759)	4.361.069	2.528.606	Fornecedores - títulos a pagar		454.898	121.862
Produtos e trabalhos em curso		101.592	-	101.592	121.311	Empresas do grupo		272.446	2.609.427
Subprodutos, resíduos e refugos		-	-	-	4.193	Accionistas	55	1.038.126	606.127
Produtos acabados e intermédios		1.938.997	(3.824)	1.935.173	1.458.943	Adiantamentos de clientes		678	683
Mercadorias		2.167.760	-	2.167.760	885.892	Fornecedores de imobilizado, conta corrente		913.213	865.609
	46	<u>8.922.177</u>	<u>(356.583)</u>	<u>8.565.594</u>	<u>4.998.945</u>	Estado e outros entes públicos	51	1.821.993	5.979.844
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						Outros credores	50	<u>994.993</u>	<u>157.409</u>
Clientes, conta corrente		11.199.684	(29.325)	11.170.359	10.476.394			<u>21.076.666</u>	<u>21.137.276</u>
Clientes - títulos a receber		456.819	(11.556)	445.263	189.433	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Clientes de cobrança duvidosa		2.093.771	(1.977.555)	116.216	52.265	Acréscimos de custos	52	1.679.286	1.542.782
Empresas do grupo		414.179	-	414.179	165.606	Proveitos diferidos	52	<u>1.124.355</u>	<u>1.152.249</u>
Accionistas		-	-	-	4			<u>2.803.641</u>	<u>2.695.031</u>
Empresas participadas e participantes		85.789	-	85.789	130.626				
Adiantamentos a fornecedores		26.732	-	26.732	34.144				
Estado e outros entes públicos	51	241.726	-	241.726	77.417				
Outros devedores	50	2.591.269	(98.632)	2.492.637	2.267.291				
	46	<u>17.109.969</u>	<u>(2.117.068)</u>	<u>14.992.901</u>	<u>13.393.180</u>				
Títulos negociáveis:									
Outros títulos negociáveis	2	3.356.344	-	3.356.344	200.112				
Outras aplicações de tesouraria	2	-	-	-	166.714				
		<u>3.356.344</u>	<u>-</u>	<u>3.356.344</u>	<u>366.826</u>				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários	2	1.555.190	-	1.555.190	2.196.120				
Caixa	2	17.129	-	17.129	28.004				
		<u>1.572.319</u>	<u>-</u>	<u>1.572.319</u>	<u>2.224.124</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de proveitos	52	23.385	-	23.385	26.641				
Custos diferidos	52	487.695	-	487.695	269.857				
		<u>511.080</u>	<u>-</u>	<u>511.080</u>	<u>296.498</u>				
Total de amortizações			<u>(183.794.738)</u>						
Total de provisões			<u>(2.651.698)</u>						
Total do activo		<u>377.487.473</u>	<u>(186.446.436)</u>	<u>191.041.038</u>	<u>119.830.371</u>	Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		<u>191.041.038</u>	<u>119.830.371</u>

Os anexos fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000.

ACTIVO	Notas	2000		1999		CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2000	1999
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	53 e 54	118.332.445	118.047.949
Despesas de instalação	27	2.212.059	(1.617.327)	594.732	126.949	Ações próprias - valor nominal	54	(1.553.280)	(626.769)
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	948.340	(517.702)	430.637	112.918	Ações próprias - descontos e prémios	54	(3.632.740)	(1.151.201)
Propriedade industrial e outros direitos	27	87.470.147	(2.043.091)	85.427.056	144.971	Prémios de emissão de acções	54	3.923.459	4.207.954
Trespesses	27	310.068	(13.483)	296.585	155.680	Diferenças de consolidação	10 e 54	(617.976)	(8.350.071)
Diferenças de consolidação	10 e 27	143.162.972	(39.021.643)	104.141.329	81.801.164	Reservas de conversão cambial	54	(586.170)	-
Imobilizações em curso	27	438.433	-	438.433	510.255	Reserva de reavaliação	54	21.037.458	29.099.321
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	24.940	-	24.940	24.940	Reservas:			
		<u>234.566.959</u>	<u>(43.213.246)</u>	<u>191.353.713</u>	<u>82.876.877</u>	Reservas legais	54	5.826.358	4.157.056
Imobilizações corpóreas:						Outras reservas	54	20.385.132	9.804.157
Terrenos e recursos naturais	27	41.080.067	(6.480.577)	34.599.490	33.941.486	Resultados transitados	54	40.418	40.418
Edifícios e outras construções	27	278.449.601	(175.441.232)	103.008.370	80.355.259	Resultado consolidado líquido do exercício	54	30.764.647	33.386.095
Equipamento básico	27	836.941.715	(632.089.829)	204.851.887	141.024.102	Total do capital próprio		<u>193.919.752</u>	<u>188.614.908</u>
Equipamento de transporte	27	41.291.258	(33.196.362)	8.094.896	4.896.290	INTERESSES MINORITÁRIOS			
Ferramentas e utensílios	27	3.718.897	(3.177.288)	541.610	663.725		55	184.817.809	177.947.357
Equipamento administrativo	27	21.395.492	(17.205.096)	4.190.396	4.608.913	PASSIVO:			
Taras e vasilhame	27	16.545	(16.291)	254	474	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Outras imobilizações corpóreas	27	6.137.778	(4.627.827)	1.509.951	1.053.930	Provisões para impostos	46	-	488.987
Imobilizações em curso	27	5.639.284	-	5.639.284	4.358.177	Outras provisões para riscos e encargos	46	5.861.868	9.961.618
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	676.375	-	676.375	356.640			<u>5.861.868</u>	<u>10.450.604</u>
		<u>1.235.347.014</u>	<u>(872.234.500)</u>	<u>363.112.514</u>	<u>271.258.996</u>	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:			
Investimentos financeiros:						Empréstimos por obrigações	56	98.075.089	94.422.442
Partes de capital em empresas do grupo	27	11.264.877	-	11.264.877	14.600.573	Dívidas a instituições de crédito	56	346.642.322	1.016.680
Partes de capital em empresas associadas	27	22.885.760	-	22.885.760	21.785.302	Outros empréstimos	56	3.740.984	5.299.728
Empréstimos a empresas associadas	27	2.211.884	-	2.211.884	299.279	Accionistas	55	243.733	243.733
Títulos e outras aplicações financeiras	27	216.562.405	(2.204.632)	214.357.773	100.063.587	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	492.658	840.873
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		1.704.492	-	1.704.492	-			<u>449.194.786</u>	<u>101.823.455</u>
		<u>254.629.418</u>	<u>(2.204.632)</u>	<u>252.424.786</u>	<u>136.748.741</u>	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:						Empréstimos por obrigações	56	1.097.355	6.234.974
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						Dívidas a instituições de crédito	56	38.324.832	19.103.042
Outros devedores	50	1.375.066	-	1.375.066	684.695	Outros empréstimos	56	1.558.743	694.202
		<u>1.375.066</u>	<u>-</u>	<u>1.375.066</u>	<u>684.695</u>	Fornecedores, conta corrente		35.694.451	27.149.275
CIRCULANTE:						Fornecedores - facturas em recepção e conferência		1.038.921	670.300
Existências:						Fornecedores - títulos a pagar		2.269.021	607.845
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		23.512.475	(1.759.554)	21.752.920	12.612.634	Empresas do grupo		1.358.955	13.015.767
Produtos e trabalhos em curso		506.739	-	506.739	605.097	Accionistas	55	5.178.150	3.023.349
Subprodutos, resíduos e refugos		-	-	-	20.915	Adiantamentos de clientes		3.382	3.407
Produtos acabados e intermédios		9.671.676	(19.074)	9.652.602	7.277.177	Fornecedores de imobilizado, conta corrente		4.555.087	4.317.639
Mercadorias		10.812.741	-	10.812.741	4.418.811	Estado e outros entes públicos	51	9.088.063	29.827.336
	46	<u>44.503.631</u>	<u>(1.778.629)</u>	<u>42.725.003</u>	<u>24.934.633</u>	Outros credores	50	4.963.004	785.153
Dívidas de terceiros - Curto prazo:								<u>105.129.964</u>	<u>105.432.288</u>
Clientes, conta corrente		55.863.788	(146.272)	55.717.516	52.256.033	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Clientes - títulos a receber		2.278.604	(57.641)	2.220.962	944.888	Acrescimos de custos	52	8.376.243	7.695.364
Clientes de cobrança duvidosa		10.443.686	(9.864.003)	579.683	260.697	Proveitos diferidos	52	5.608.259	5.747.394
Empresas do grupo		2.065.916	-	2.065.916	826.039			<u>13.984.502</u>	<u>13.442.758</u>
Accionistas		-	-	-	20	Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo			
Empresas participadas e participantes		427.914	-	427.914	651.560			<u>952.908.680</u>	<u>597.711.371</u>
Adiantamentos a fornecedores		133.339	-	133.339	170.310	Total do activo			
Estado e outros entes públicos	51	1.205.724	-	1.205.724	386.154			<u>1.882.899.577</u>	<u>(929.990.902)</u>
Outros devedores	50	12.925.195	(491.974)	12.433.221	11.309.200			<u>952.908.680</u>	<u>597.711.371</u>
	46	<u>85.344.166</u>	<u>(10.559.891)</u>	<u>74.784.275</u>	<u>66.804.900</u>				
Títulos negociáveis:									
Outros títulos negociáveis	2	16.741.373	-	16.741.373	998.154				
Outras aplicações de tesouraria	2	-	-	-	831.566				
		<u>16.741.373</u>	<u>-</u>	<u>16.741.373</u>	<u>1.829.720</u>				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários	2	7.757.255	-	7.757.255	10.954.200				
Caixa	2	85.439	-	85.439	139.683				
		<u>7.842.694</u>	<u>-</u>	<u>7.842.694</u>	<u>11.093.884</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acrescimos de proveitos	52	116.644	-	116.644	132.885				
Custos diferidos	52	2.432.612	-	2.432.612	1.346.041				
		<u>2.549.256</u>	<u>-</u>	<u>2.549.256</u>	<u>1.478.926</u>				
Total de amortizações			(916.764.288)						
Total de provisões			(13.226.614)						
Total do activo		<u>1.882.899.577</u>	<u>(929.990.902)</u>	<u>952.908.680</u>	<u>597.711.371</u>			<u>952.908.680</u>	<u>597.711.371</u>

Os anexos fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000.



SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
	Notas	2000	1999		Notas	2000	1999
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		26.262.495	21.232.700	Vendas de mercadorias e produtos	36	89.913.638	77.198.911
Fornecimentos e serviços externos		21.886.857	16.519.567	Prestações de serviços	36	3.359.531	2.082.385
Custos com o pessoal:				Variação da produção		175.747	514.806
Remunerações	7.714.094		6.414.076	Trabalhos para a própria empresa		48.464	7.200
Encargos sociais:				Proveitos suplementares		345.070	266.624
Pensões	21	138.743	169.847	Subsídios à exploração		3.027	13.402
Outros		3.655.522	2.787.948	Proveitos e ganhos operacionais		269.756	137.166
			9.371.871	(B)		94.115.233	80.220.494
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	11.825.152	10.170.046	Ganhos de participações de capital:			
Provisões	46	498.646	242.470	Relativos a empresas do grupo e associadas	27 e 44	795.120	1.340.778
Impostos		802.941	134.691	Relativos a outras empresas	44	786.665	312.222
Outros custos e perdas operacionais		508.541	779.899	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras		3.478	834
(A)		73.292.991	58.451.244	Outros juros e proveitos similares:			
Perdas relativas a empresas associadas	27 e 44	62.739	152.959	Relativos a empresas do grupo e associadas		38.210	14.815
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27 e 44	8.228	8.228	Outros	44	418.315	239.577
Juros e custos similares - outros	44	5.139.401	1.455.442	(D)		96.157.021	82.128.720
(C)		78.503.359	60.067.873	Proveitos e ganhos extraordinários	45	3.203.823	1.492.830
Custos e perdas extraordinários	45	919.284	805.431				
(E)		79.422.643	60.873.304				
Imposto sobre o rendimento do período	51	8.014.432	9.869.952				
		87.437.074	70.743.256				
Interesses minoritários	55	5.756.012	6.184.983				
(G)		93.193.086	76.928.239				
Resultado consolidado líquido do exercício		6.167.758	6.693.311				
		99.360.844	83.621.550	(F)		99.360.844	83.621.550
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	20.822.242	21.769.250
				Resultados financeiros:	(D) - (B) - (C) - (A)	(3.168.580)	291.597
				Resultados correntes:	(D) - (C)	17.653.662	22.060.847
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	19.938.202	22.748.246
				Resultado consolidado líquido do exercício	(F) - (G)	6.167.758	6.693.311

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em Euros 1 €= 200,482 Esc.)

CUSTOS E PERDAS		Notas	2000	1999	PROVEITOS E GANHOS		Notas	2000	1999
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			130.996.773	105.908.261	Vendas de mercadorias e produtos	36	448.487.336	385.066.545	
Fornecimentos e serviços externos			109.171.183	82.399.253	Prestações de serviços	36	<u>16.757.272</u>	10.386.893	
Custos com o pessoal:					Variação da produção		876.622	2.567.842	
Remunerações		38.477.738		31.993.276	Trabalhos para a própria empresa		241.737	35.913	
Encargos sociais:					Proveitos suplementares		1.721.202	1.329.915	
Pensões	21	692.047		847.193	Subsídios à exploração		15.099	66.849	
Outros		<u>18.233.667</u>	57.403.452	<u>13.906.226</u>	Proveitos e ganhos operacionais		<u>1.345.537</u>	<u>684.181</u>	
				46.746.695	(B)		<u>469.444.805</u>	<u>400.138.137</u>	
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	58.983.611		50.727.976	Ganhos de participações de capital:				
Provisões	46	<u>2.487.236</u>	61.470.847	<u>1.209.435</u>	Relativos a empresas do grupo e associadas	27 e 44	3.966.042	6.687.772	
				51.937.411	Relativos a outras empresas	44	3.923.868	1.557.357	
Impostos		4.005.051		671.836	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras		17.348	4.160	
Outros custos e perdas operacionais		<u>2.536.592</u>	6.541.643	<u>3.890.120</u>	Outros juros e proveitos similares:				
(A)			365.583.897	291.553.576	Relativos a empresas do grupo e associadas	44	190.588	73.897	
					Outros		<u>2.086.546</u>	<u>1.195.005</u>	
Perdas relativas a empresas associadas	27 e 44	312.941		762.956	(D)		<u>479.629.198</u>	<u>409.656.328</u>	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27 e 44	41.041		41.041	Proveitos e ganhos extraordinários	45	15.980.603	7.446.205	
Juros e custos similares - outros	44	<u>25.635.222</u>	25.989.204	<u>7.259.714</u>					
(C)			391.573.101	299.617.287					
Custos e perdas extraordinários	45	<u>4.585.369</u>		<u>4.017.473</u>					
(E)			396.158.470	303.634.760					
Imposto sobre o rendimento do período	51	<u>39.975.817</u>		<u>49.231.113</u>					
			436.134.287	352.865.873					
Interesses minoritários	55	<u>28.710.867</u>		<u>30.850.565</u>					
(G)			464.845.154	383.716.438					
Resultado líquido consolidado do período		<u>30.764.647</u>		<u>33.386.095</u>					
			<u>495.609.801</u>	<u>417.102.533</u>	(F)		<u>495.609.801</u>	<u>417.102.533</u>	
					Resultados operacionais:	(B) - (A)	103.860.908	108.584.561	
					Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A)	(15.804.811)	1.454.480	
					Resultados correntes:	(D) - (C)	88.056.097	110.039.041	
					Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	99.451.331	113.467.773	
					Resultado líquido consolidado do período:	(F) - (G)	30.764.647	33.386.095	

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

	<u>Notas</u>	<u>2000</u>
Vendas e prestações de serviços	36	93.273.169
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(49.157.327)</u>
Resultados brutos		44.115.842
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.249.690
Custos de distribuição		(9.709.895)
Custos administrativos		(8.531.375)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(2.775.760)</u>
Resultados operacionais		24.348.502
Custo líquido de financiamento		(7.682.056)
Ganhos / (perdas) em associadas		732.381
Ganhos / (perdas) em outros investimentos		<u>1.813.786</u>
Resultados correntes		19.212.613
Resultados não usuais ou não frequentes		725.589
Impostos sobre o rendimento do exercício		(8.014.432)
Interesses Minoritários		<u>5.756.012</u>
Resultado líquido do exercício		<u>6.167.758</u>
Resultado por acção (Escudos)		<u>52,12</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Montantes expressos em Euros 1 € = 200,482 Esc.)

	<u>Notas</u>	<u>2000</u>
Vendas e prestações de serviços	36	465.244.606
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(245.195.713)</u>
Resultados brutos		<u>220.048.892</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais		6.233.427
Custos de distribuição		(48.432.752)
Custos administrativos		(42.554.319)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(13.845.433)</u>
Resultados operacionais		<u>121.449.816</u>
Custo líquido de financiamento		(38.317.934)
Ganhos / (perdas) em associadas		3.653.101
Ganhos / (perdas) em outros investimentos		<u>9.047.126</u>
Resultados correntes		<u>95.832.110</u>
Resultados não usuais ou não frequentes		3.619.223
Impostos sobre o rendimento do exercício		(39.975.818)
Interesses Minoritários		<u>28.710.867</u>
Resultado líquido do exercício		<u>30.764.647</u>
Resultado por acção		<u>0,26</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Semapa ("Grupo") é constituído pela Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Semapa") e Subsidiárias (Nota 1). A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Essas actividades consistem, essencialmente, na fabricação e comercialização de cimento, betão pronto, produtos de argila e de betão e a exploração de pedreiras.

Em resultado da reorganização do Grupo iniciada no último exercício, procedeu-se à constituição das seguintes sub-holdings: (i) Secil – Betões e Inertes, SGPS, S.A., que reúne as participações das sociedades que se dedicam à produção e comercialização de betão-pronto, inertes, artefactos de betão e actividades conexas; (ii) Secil Investimentos, SGPS, S.A., que reúne as participações estratégicas para o Grupo, integrantes ou não do seu "core business".

Em Janeiro do corrente ano o Grupo iniciou a sua internacionalização com a aquisição na Tunísia da sociedade Société des Ciments de Gabès que se dedica à fabricação e comercialização de cimento e outros produtos complementares.

Ainda no corrente ano, foi decidido nas Assembleias Gerais respectivas de algumas sociedades do Grupo redenominar e renominar o capital social para Euros destacando-se a Semapa, a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. ("Secil") e a CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP") e posteriormente proceder ao seu aumento através da incorporação de reservas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2000 constam do Mapa n.º1 em anexo.

Estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação, registadas na rubrica partes de capital em empresas do grupo, suas respectivas sedes sociais e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2000 pelo Grupo, constam do Mapa n.º 2 em anexo.

As participações na Secil Energia, Lda. e na Betopal, S.A. (Espanha), foram excluídas da consolidação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dado serem imateriais, quer individualmente quer no seu conjunto, para efeitos da apresentação da posição financeira e resultados das operações do Grupo. A participação na Betopal, S.A. (Espanha), encontra-se incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

A empresa Tecnosecil, SARL. foi constituída no exercício de 2000, tem como objecto social a exploração da Fábrica de Cimentos do Lobito. Em 31 de Dezembro de 2000 não tinha ainda iniciado a sua actividade.

A participação financeira na Asfalbetão Transportes, Lda. foi excluída da consolidação, pelo facto da referida sociedade se encontrar em processo de liquidação, sendo considerada pelo método da equivalência patrimonial.

As subsidiárias da Enersis não foram consolidadas em virtude de a Enersis estar dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, ao abrigo do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, pelo que foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6. das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo decreto-lei acima referido, para além de que a sua inclusão contraria o objectivo das demonstrações financeiras consolidadas estabelecido no ponto 13.2.2. alínea a) das normas de consolidação, no que respeita à sua situação financeira.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas respectivas sedes e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2000 constam do Mapa nº 3 em anexo.

Estas empresas do Grupo e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação, é o seguinte:

Por Actividades	2000	1999
Portugal		
Cimento	771	777
Betões e Inertes	625	584
Outras	215	216
Tunisia		
Cimento	518	---
Outras	---	---
Total	<u>2 129</u>	<u>1 577</u>

III. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Incluídas no capital próprio

O saldo desta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, bem como os ajustamentos efectuados pela Secil directamente nos seus capitais próprios e o efeito de correcções similares efectuadas pelas suas subsidiárias, após aquela data.

A rubrica das diferenças de consolidação registou no exercício uma variação positiva de mEsc. 1.616.258 (Nota 54), por contrapartida da rubrica de reservas de reavaliação, correspondente à proporção da Semapa na incorporação pela Secil da reserva de reavaliação, constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, no aumento de capital ocorrido durante o exercício de 2000.

b) Incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2000, compreende as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas participadas, apuradas na data de referência da aquisição da participação financeira, sendo que as principais variações no exercício foram:

Movimentos	mEsc.
Saldo Inicial	22.690.399
<i>Aumentos</i>	
Secil Betões e Inertes, SGPS, S.A.	338.092
Société des Ciments de Gabés	4.624.800
Hidrocorgo	220.720
Asfalbetão Industrial	1.151.124
Asfalbetão Transportes	38.285
	6.373.021
<i>Diminuições</i>	
Enerpro	84
PEM	347.770
Telener	2.351
Lisconcreto	11.616
	361.821
<i>Abates</i>	
	0
Saldo Final	28.701.599

A Secil reapreciou a vida económica do trespasse relativo à subsidiária CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A. (CMP), em virtude de ser um facto que a vida útil dos principais activos corpóreos desta subsidiária se estima ainda num período previsível superior a 20 anos. Pelo que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, alterou de 15 para 20 anos, o período total de amortização da diferença de consolidação registada na aquisição da participação na CMP, passando o valor líquido contabilístico da mesma em 31 de Dezembro de 1999, no montante de mEsc. 13.706.934, a ser amortizado linearmente pelo período remanescente de 14 anos. O impacto desta alteração no período de amortização do referido trespasse consistiu numa redução das amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, de aproximadamente, mEsc. 436.200, comparativamente às que seriam registadas caso a Secil não tivesse alterado aquele período de amortização.

Em 11 de Janeiro de 2000, foi adquirido 98,71% do capital social da Société des Ciments de Gabès (SCG) pelo montante de mEsc. 49.028.629. De acordo com estudo elaborado por entidade independente, os activos da subsidiária Société des Ciments de Gabès (SCG), existentes à data da aquisição — 31 de Dezembro de 1999 — foram avaliados pelo valor de mEsc. 36.890.544. O período de vida útil atribuído aos edifícios e outras construções, equipamento básico, material de transporte e propriedade industrial (pedreira), de acordo com aquele estudo foi de 40 anos, 20 anos, 5 anos e no prazo do contrato respectivamente, pelo que o justo valor correspondente se encontra a ser amortizado nestes períodos e a diferença de compra remanescente no valor de mEsc. 4.624.800, é amortizado numa base linear em 20 anos, por ser esse o período estimado de recuperação do investimento.

As restantes diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante períodos, que variam entre 5 e 20 anos. Na determinação destes períodos teve-se em atenção, dada a actividade destas empresas, o período de vida útil económico estimado para as suas principais imobilizações corpóreas.

O período de amortização das diferenças de consolidação relativas às aquisições de 1995, 1996, 1999 e 2000 das subsidiárias da CMP, Enersis, Argibetão e Cimianto, foi determinado, tendo por base o período remanescente de amortização das diferenças de compra, apuradas em exercícios anteriores com as aquisições iniciais.

As amortizações das diferenças de consolidação são registadas na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo (Nota 27).

14. ALTERAÇÃO NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação:

a) Aquisições:

- Aquisição de 98,71% do Capital Social da Société des Ciments de Gabès, em Janeiro, com sede em Tunis – Tunísia;
- Aquisição de 90% do Capital Social da Asfalbetão – Sociedade Industrial, Lda., em Janeiro, com sede em Torres Vedras;
- Aquisição de 100,00% do Capital Social da Asfalbetão – Transportes, Lda., em Janeiro, com sede em Torres Vedras.

b) Constituições:

- Constituição em Março da Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A., com capital social de mEsc. 8.342.996, com sede em Setúbal;
- Constituição em Abril da Secil Investimentos, SGPS, S.A., com o capital social de mEsc. 10.024, com sede em Lisboa;
- Constituição em Junho da Secilpar, SL., com capital social de mEsc. 603, com sede em Madrid — Espanha.

As aquisições e constituições das sociedades acima referidas, originaram em 31 de Dezembro de 2000 um total de activos, passivos e proveitos no montante de mEsc.31.479.909, mEsc.2.689.131 e mEsc. 11.508.966, respectivamente.

15. CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As empresas englobadas na consolidação que detêm participações financeiras em associadas, adoptam o critério de as valorizar nas suas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial.

IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

21. FUNDO DE PENSÕES

Conforme referido na Nota 23. h), a Secil e a CMP assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações são determinadas em função do número de anos de serviço dos empregados e da tabela salarial em vigor.

Ambas as empresas constituíram fundos de pensões autónomos destinados a financiar as suas responsabilidades por aqueles pagamentos, contudo o Fundo de Pensões da Secil não abrange os empregados reformados já aposentados à data da sua constituição (29 de Dezembro de 1987), nem o décimo quarto mês de complementos pagos voluntariamente pela Secil aos aposentados abrangidos pelo Fundo. Os pagamentos efectuados pela Secil a estes reformados estão a ser registados como custo, no exercício em que são pagos.

As responsabilidades destas Empresas, em 31 de Dezembro de 2000, determinadas com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes, bem como os valores de mercado dos Fundos de pensões, eram como segue:

	<u>Secil</u>	<u>CMP</u>
Responsabilidade por serviços passados:		
Activos e Pré-reformados	686.200	988.305
Aposentados abrangidos pelo Fundo de Pensões	608.200	3.826.564
	-----	-----
	1.294.400	4.814.869
Aposentados não abrangidos pelo Fundo de Pensões	2.927.477 (a)	-
	-----	-----
	4.221.877	4.814.869
	=====	=====
Valor de mercado do Fundo	1.671.822	4.796.407
	=====	=====

(a) Estas responsabilidades referem-se essencialmente aos complementos de reforma que se estima possam vir a ser devidos aos empregados reformados em data anterior a 29 de Dezembro de 1987.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros considerados naqueles estudos (elaborados pelo método "Projected Unit Credit") foram os seguintes:

	<u>Secil</u>	<u>CMP</u>
Tabela de invalidez	EKV 80	Suíça
Tabelas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de crescimento salarial	3%	3%
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	5,5%
Taxa de juro técnica — pensionistas	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%

Em 31 de Dezembro de 2000, a Secil não tinha registado no balanço qualquer passivo para fazer face às responsabilidades não cobertas pelo Fundo de Pensões, no montante de aproximadamente mEsc. 2.928.000.

Durante o exercício de 2000, a Secil procedeu ao pagamento de pensões aos reformados anteriores a 29 de Dezembro de 1987, no montante de mEsc.310.946.

A evolução do património dos Fundos de Pensões, Secil e CMP, durante o exercício de 2000, foi como segue:

	<u>Secil</u>	<u>CMP</u>
Saldo no início do exercício	1.636.854	5.068.990
Dotação efectuada no exercício	38.291	131.000
Encargos com a gestão do fundo	(8.623)	(10.201)
Rendimento do fundo durante o exercício	64.122	59.081
Pensões pagas no exercício	(58.822)	(452.463)
	-----	-----
Saldo no fim do exercício	1.671.822	4.796.407
	=====	=====

A dotação para o Fundo de Pensões efectuada pela CMP, no montante de mEsc. 131.000, foi registada na demonstração consolidada dos resultados do exercício, na rubrica de custos com o pessoal, encargos sociais — pensões.

22. GARANTIAS PRESTADAS

A Semapa por forma a garantir a dívida relativa ao contrato de financiamento celebrado em 1994 para a aquisição da Secil, com um sindicato bancário (Nota 56), constituiu um penhor sobre 535.627 acções da Secil a favor das instituições de crédito que compõem o sindicato.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2000, as responsabilidades assumidas por garantias bancárias, pela Secil e pelo Grupo CMP, ascendiam a mEsc. 637.838 e mEsc. 624.454, respectivamente.

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLITICAS CONTABILÍSTICAS

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% (excepto para a participação na Cimentos Madeira, Lda., que se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial), foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 10 anos, com excepção das diferenças de consolidação na aquisição de participações financeiras, as quais, são amortizadas num período que varia entre 5 e 20 anos (Nota 10).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se, na generalidade, registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. No que respeita à CMP e à Société des Ciments de Gabès (SCG), o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas subsidiárias foi determinado, naquelas datas, com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição ou valor reavaliado, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes, a partir da entrada dos bens em funcionamento, utilizando-se de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitam a reintegração do imobilizado durante a sua vida útil estimada. Para algumas categorias de bens adquiridos pela Secil e pela CMP, e para os quais a legislação fiscal permite, é utilizado o método de amortização das quotas degressivas.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23. b), são registados como custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o valor proporcional à participação do Grupo nos capitais próprios dessas empresas à data da sua aquisição, foram

registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, quando positivas, e como proveitos diferidos quando negativas, sendo amortizadas durante o período médio esperado de recuperação dos investimentos (Nota 10).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (investimentos inferiores a 20%) (excepto para a participação na Cimentos Madeira, Lda., a qual se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial), encontram-se registados ao custo de aquisição ou valor de mercado, quando este é mais baixo que aquele.

Os investimentos financeiros relacionados com imóveis de rendimento encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado, deduzido da respectiva amortização.

As demonstrações financeiras das empresas do grupo expressas em moeda estrangeira são convertidas para escudos portugueses com as seguintes taxas de câmbio:

- Câmbio histórico: para capital próprio excepto resultado do exercício;
- Câmbio data de balanço: para activos e passivos;
- Câmbio médio do período: para demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças cambiais resultantes da aplicação destas taxas de câmbio são reflectidas na rubrica ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas – reserva de conversão cambial.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio de produção que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

g) Especialização de exercícios

As empresas do Grupo registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

h) Complementos de pensões

Conforme mencionado na Nota 21, a Secil e a CMP assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma. Ambas as Empresas constituíram Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar as suas responsabilidades por aqueles pagamentos. Contudo, o Fundo de Pensões da Secil não abrange as responsabilidades pelos pagamentos a efectuar a empregados já aposentados à data de constituição do Fundo (29 de Dezembro de 1987), nem o décimo quarto mês de complementos pagos voluntariamente pela Secil aos aposentados abrangidos pelo Fundo. Estes pagamentos são registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são efectuados. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, aquelas empresas seguem o procedimento de obter semestralmente cálculos actuariais das mesmas, efectuando dotações para o fundo e/ou reforçando provisões de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades. As dotações anuais para o fundo não cobertas por provisões anteriormente constituídas e o reforço de provisões são registadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que ocorrem.

i) Subsídios atribuídos para financiamentos de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica proveitos extraordinários, proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

j) Impostos diferidos

O Grupo não regista impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), por esta não ser uma prática contabilística geralmente seguida em Portugal.

k) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2000, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				Regularizações, transferências e abates	Saldo final
	Saldo inicial	Variações Perímetro	Aumentos	Alienações		
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	294 013	3 165	144 861	-	1 439	443 478
Despesas de investigação e de desenvolvimento	76 596	-	19 254	-	94 275	190 125
Propriedade industrial e outros direitos	75 684	11 257	17 449 249	-	-	17 536 190
Trespases	31 211	25 950	-	5 002	-	62 163
Diferenças de consolidação	22 690 399	-	6 373 021	(350 206)	(11 615)	28 701 599
Imobilizações em curso	102 297	-	40 389	-	(54 788)	87 898
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	5 000	-	-	-	-	5 000
	23 275 200	40 372	24 026 774	(345 204)	29 311	47 026 453
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	7 997 454	111 716	113 987	(20 003)	32 660	8 235 814
Edifícios e outras construções	47 977 268	2 770 337	5 006 696	(3 694)	73 526	55 824 133
Equipamento básico	142 583 560	8 213 748	17 153 326	(904 495)	745 610	167 791 749
Equipamento de transporte	6 297 607	1 343 278	1 286 235	(622 957)	(26 009)	8 278 154
Ferramentas e utensílios	721 719	2 368	23 295	(926)	(884)	745 572
Equipamento administrativo	3 942 538	26 069	268 763	(26 526)	78 567	4 289 411
Taras e vasilhame	3 317	-	-	-	-	3 317
Outras imobilizações corpóreas	562 034	607 964	60 682	(950)	784	1 230 514
Imobilizações em curso	873 736	70 971	1 891 005	(19 384)	(1 685 753)	1 130 575
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	71 500	-	251 084	-	(186 983)	135 601
	211 030 733	13 146 451	26 055 073	(1 598 935)	(968 482)	247 664 840
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	2 927 152	-	381 206	(21 687)	(1 028 266)	2 258 405
Partes de capital em empresas associadas	4 367 561	-	-	(372 622)	593 244	4 588 183
Empréstimos a empresas associadas	60 000	-	383 443	-	-	443 443
Títulos e outras aplicações financeiras	20 499 730	59 741	22 857 393	-	-	43 416 864
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	341 720	-	-	341 720
	27 854 443	59 741	23 963 762	(394 309)	(435 022)	51 048 615
	262 160 376	13 246 564	74 045 609	(2 338 448)	(1 374 193)	345 739 908

Rubricas	Amortizações acumuladas e provisões					Saldo final
	Saldo inicial	Variações Perímetro	Aumentos	Alienações	Regularizações, transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	268 562	16 049	43 128	(1 411)	(2 083)	324 245
Despesas de investigação e de desenvolvimento	53 958	667	52 690	-	(3 525)	103 790
Propriedade industrial e outros direitos	46 620	3 885	359 098	-	-	409 603
Trespases	0	2 703	-	-	-	2 703
Diferenças de consolidação	6 290 738	-	1 563 842	(19 823)	(11 620)	7 823 137
	<u>6 659 878</u>	<u>23 304</u>	<u>2 018 758</u>	<u>(21 234)</u>	<u>(17 228)</u>	<u>8 663 478</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	1 192 797	-	108 001	(1 559)	-	1 299 239
Edifícios e outras construções	31 867 485	1 956 684	1 347 936	(1 686)	2 390	35 172 809
Equipamento básico	114 310 766	6 328 698	6 911 715	(805 127)	(23 419)	126 722 633
Equipamento de transporte	5 315 989	1 304 988	624 199	(564 898)	(25 005)	6 655 273
Ferramentas e utensílios	588 654	1 383	48 134	-	(1 182)	636 989
Equipamento administrativo	3 018 534	16 251	443 188	(18 435)	(10 226)	3 449 312
Taras e vasilhame	3 222	-	44	-	-	3 266
Outras imobilizações corpóreas	350 740	524 257	53 984	(751)	(434)	927 796
	<u>156 648 187</u>	<u>10 132 261</u>	<u>9 537 201</u>	<u>(1 392 456)</u>	<u>(57 876)</u>	<u>174 867 317</u>
	<u>163 308 065</u>	<u>10 155 565</u>	<u>11 555 959</u>	<u>(1 413 690)</u>	<u>(75 104)</u>	<u>183 530 795</u>
Investimentos financeiros:						
Títulos e outras aplicações financeiras :						
Provisões (Nota 46)	183 067	-	-	-	(5 021)	178 046
Amortizações (Nota 44)	255 715	-	8 228	-	-	263 943
	<u>438 782</u>	<u>0</u>	<u>8 228</u>	<u>0</u>	<u>(5 021)</u>	<u>441 989</u>
	<u>163 746 847</u>	<u>10 155 565</u>	<u>11 564 187</u>	<u>(1 413 690)</u>	<u>(80 125)</u>	<u>183 972 784</u>

A Société des Ciments de Gab s (SCG) regista, na rubrica de amortiza es do exercício, o custo de cada período referente a conserva o plurianual, a qual   registada na rubrica de acréscimos e diferimentos— custos diferidos.

O movimento ocorrido durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2000, nas rubricas de partes de capital em empresas do grupo, associadas e títulos e outras aplica es financeiras, tem a seguinte composi o:

	Partes de capital em empresas		Títulos e outras aplica�es financeiras
	do grupo	associadas	
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 1999	2.927.152	4.367.561	20.499.730
Resultado apropriado pela aplica�o do método da equivalência patrimonial (Nota 44):			
- Ganhos	300.201	494.919	
- Perdas	(13.742)	(48.997)	
Dividendos distribuídos ao grupo	(575.068)	(449.829)	
Aquisi�o de ac�es da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.			22.824.276
Outros movimentos	(380.138)	224.529	92.858
Saldo final em 31 de Dezembro de 2000	<u>2.258.405</u>	<u>4.588.183</u>	<u>43.416.864</u>

Títulos e outras aplicações financeiras:

A rubrica títulos e outras aplicações financeiras, em 31 de Dezembro de 2000, tinha a seguinte composição:

Títulos e outras aplicações financeiras:

Cimpor - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.	42.423.349
Investimentos em imóveis (a)	546.413
Outros	<u>447.102</u>
	43.416.864
Menos : Amortizações e provisões para perdas em investimentos financeiros	<u>(441.989)</u>
	<u>42.974.875</u>

- (a) São imóveis adquiridos, essencialmente em anos anteriores e não afectos à actividade principal da Secil. As correspondentes amortizações acumuladas e provisões (para os imóveis sediados em Angola) ascendiam em 31 de Dezembro de 2000, a mEsc.263.943 e mEsc.178.047, respectivamente.

30. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2000, não existiam diferenças significativas, não cobertas pelas provisões constituídas pelo Grupo, entre os valores das rubricas do activo circulante calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo grupo (Nota 23) e o respectivo valor de mercado.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2000, existiam empréstimos por obrigações e dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos, no montante de mEsc 42 263 678 (Nota 56).

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

<i>Por Actividades</i>	Prestação		
	Vendas	de serviços	Total
Portugal			
Cimento	53.936.593	600.301	54.536.894
Betão	23.427.912	1.220.457	24.648.369
Inertes	1.936.264	357.620	2.293.884
Outras	2.941.109	367.786	3.308.895
Tunisia			0
Cimento	7.671.760	813.367	8.485.127
Total	89.913.638	3.359.531	93.273.169

<i>Por Mercados</i>	Prestação		
	Vendas	de serviços	Total
Mercado interno	81.397.251	2.546.164	83.943.415
Mercado externo	8.516.387	813.367	9.329.754
Total	89.913.638	3.359.531	93.273.169

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente: Portaria n.º 258, de 28 de Dezembro de 1963, Decretos-Lei n.º 126/77, n.º 430/78, n.º 219/82, n.º 319-G/84, n.º 118-B/86, n.º 111/88, n.º 49/91, n.º 264/92, n.º 22/92, n.º 31/98.

Como resultado das reavaliações efectuadas, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, mEsc. 26.950.000. Deste montante, 40% não é aceite na determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM IMÓVEIS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros (imóveis) e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2000, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	4 658 378	2 278 197	6 936 575
Edifícios e outras construções	11 981 356	8 669 968	20 651 324
Equipamento básico	25 790 875	15 278 241	41 069 116
Equipamento de transporte	1 421 521	201 360	1 622 881
Ferramentas e utensílios	66 329	42 254	108 583
Equipamento administrativo	684 069	156 030	840 099
Taras e vasilhame	20	31	51
Outras imobilizações corpóreas	<u>210 407</u>	<u>92 311</u>	<u>302 718</u>
	<u>44 812 955</u>	<u>26 718 392</u>	<u>71 531 347</u>
Investimentos Financeiros:			
Investimentos em imóveis	<u>50 443</u>	<u>232 027</u>	<u>282 470</u>
	<u>44 863 398</u>	<u>26 950 419</u>	<u>71 813 817</u>

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2000	1999
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	4 175 238	877 237
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros (Nota 27)	-	8 228
Perdas em empresas associadas (Nota 27)	62 739	152 959
Descontos de pronto pagamento concedidos	476 257	381 241
Diferenças de câmbio desfavoráveis	127 345	87 867
Outros custos e perdas financeiros	<u>360 561</u>	<u>109 097</u>
	5 210 368	1 616 629
Resultados financeiros	<u>(3 168 580)</u>	<u>291 597</u>
	<u>2 041 788</u>	<u>1 908 226</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	312 235	128 598
Ganhos de participações de capital relativamente a associadas (Nota 27)	795 120	1 340 778
Rendimentos em imóveis	3 478	7 447
Rendimentos de participações	786 665	312 222
Descontos de pronto pagamento obtidos	77 433	70 734
Diferenças de câmbio favoráveis	65 024	46 161
Ganhos em títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria	5	834
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>1 828</u>	<u>1 452</u>
	<u>2 041 788</u>	<u>1 908 226</u>

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	89.402	63.136
Dívidas incobráveis	69.654	61.915
Perdas em imobilizações e existências	14.735	589.722
Multas e penalidades	388.714	8.041
Aumentos de amortizações e provisões	1.608	151
Correcções relativas a exercícios anteriores	304.122	37.692
Outros custos e perdas extraordinárias	<u>51.049</u>	<u>44.774</u>
	919.284	805.431
Resultados extraordinários	<u>2.284.539</u>	<u>687.399</u>
	<u>3.203.823</u>	<u>1.492.830</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	15.064	493
Recuperação de dívidas	654	5.833
Ganhos em imobilizações	1.245.597	872.949
Benefícios de penalidades contratuais	102	-
Redução de amortizações e provisões	1.318.561	193.197
Correcções relativas a exercícios anteriores	14.592	5.568
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>609.253</u>	<u>414.790</u>
	<u>3.203.823</u>	<u>1.492.830</u>

O montante de mEsc. 384.664, incluído na rubrica multas e penalidades, corresponde à coima e juros pagos em Julho à Comissão Europeia pela presumida violação, em anos anteriores por parte da Secil, ao disposto no artigo 85º do tratado da Comunidade Europeia, como determinado pelo tribunal da comunidade. Em 31 de Dezembro de 1999 a Secil tinha constituído uma provisão de mEsc. 809.456 para fazer face a esta contingência a qual foi reposta no primeiro semestre de 2000 (nota 46).

O montante mostrado na rubrica correcções relativas a exercícios anteriores inclui mEsc. 234.833 e mEsc. 57.548 relativos a notificações de impostos adicionais e juros compensatórios, respectivamente, liquidados durante o exercício mas respeitantes a exercícios anteriores.

Os ganhos em imobilizações incluem a mais-valia no montante de mEsc. 923.911, obtida com a alienação da participação financeira na Cimpor, SGPS, S.A. e as mais-valias obtidas com a venda de auto-betoneiras.

Os outros proveitos e ganhos extraordinários, em 2000, correspondem, essencialmente, às regularizações efectuadas pela Secil, no apuramento do imposto do rendimento de pessoas colectivas (IRC), pelo facto da Secil ser tributada através das suas demonstrações financeiras consolidadas, com empresas nas quais detém participação superior a 90% e as amortizações de subsídios ao investimento.

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Variações Perímetro</u>	<u>Reforço</u>	<u>Utilização / Reposição</u>	<u>Regularizações/ Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para depreciação de existências	14 435	242 152	100 212	(216)		356 583
Provisões para cobranças duvidosas:						
Clientes	1 752 769	270 952	171 354	(175 325)	(1 314)	2 018 436
Outros devedores	97 922	11 068	-	-	(10 358)	98 632
	<u>1 850 691</u>	<u>282 020</u>	<u>171 354</u>	<u>(175 325)</u>	<u>(11 672)</u>	<u>2 117 068</u>
Provisões para riscos e encargos	2 095 158	13 518	224 076	(657 761)	(499 792)	1 175 199
Provisões para investimentos financeiros	183 067	-	-	-	(5 021)	178 046
	<u>4 143 351</u>	<u>537 690</u>	<u>495 642</u>	<u>(833 302)</u>	<u>(516 485)</u>	<u>3 826 896</u>

O montante de mEsc. 1.122.370 incluído no saldo das rubricas de outras provisões para riscos e encargos, foi registado em 1995 por contrapartida da rubrica de outros devedores (nota 50).

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2000, o montante das rendas não vencidas em contratos de locação financeira vencem-se como segue:

	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2001	<u>97.305</u>	<u>7.938</u>	<u>105.243</u>
2002	69.067	3.688	72.755
2003	29.273	951	30.224
2004	429	34	463
	<u>98.769</u>	<u>4.673</u>	<u>103.442</u>
	<u>196.074</u>	<u>12.611</u>	<u>208.685</u>

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

50. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

No seguimento do processo de reprivatização da CMP e da dificuldade em explicar insuficiências posteriores a 31 de Dezembro de 1993, do Fundo de Pensões CMP, para dar cobertura às responsabilidades com reformas, a CMP solicitou, durante 1995, a uma entidade especializada e independente, um estudo do cálculo actuarial das responsabilidades, reportado a 31 de Dezembro de 1993, data a que se refere a última informação sobre o assunto, disponibilizada aos interessados no processo de reprivatização da CMP. Como resultado deste estudo, foram detectados erros cujo efeito se reflecte num aumento das responsabilidades actuariais, em 31 de Dezembro de 1993, no montante de mEsc. 1.122.370.

Ao abrigo da legislação em vigor, o Conselho de Administração da CMP solicitou, formalmente, em 2 de Janeiro de 1996, ao Estado Português a regularização daquela insuficiência, através de dotações para o Fundo de Pensões CMP. Baseando-se na objectividade dos montantes calculados, na independência da entidade que os calculou e na legislação em vigor, o Conselho de Administração decidiu registar ainda nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1995, uma conta a receber relacionada com esta reclamação, no montante de mEsc. 1.122.370. Esta conta a receber foi registada em 1995, por contrapartida das rubricas de outras provisões para riscos e encargos e provisões para pensões, nos montantes de mEsc. 545.114 e mEsc. 577.256, respectivamente. Actualmente a totalidade destes montantes encontram-se registados na rubrica de outras provisões para riscos e encargos (Nota 46).

A fim de obter a regularização daquela insuficiência, a Secil intentou, em 16 de Setembro de 1999, um processo judicial contra o Estado Português pedindo o pagamento de mEsc. 1.568.201 (do qual mEsc. 1.122.370, reclamado em 1996) montante da insuficiência do Fundo de Pensões CMP à data da privatização e respectivos juros.

51. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2000, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	155 502	368 311
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	-	109 037
Retenção de Imposto sobre rendimento - IRC	5 511	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	49 838	778 094
Contribuições para a Segurança Social	-	185 919
Impostos da SCG - Estado Tunisino	30 875	369 085
Restantes impostos	-	11 547
	<u>241 726</u>	<u>1 821 993</u>

As empresas são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) com base nos seus resultados individuais, com excepção da Secil e diversas das suas subsidiárias directas (participadas no mínimo em 90%), as quais são tributadas pelo lucro consolidado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos até 31 de Dezembro de 1998) e dez anos no caso da Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais relativas aos exercícios de 1996 a 2000 poderão ainda ser sujeitas a revisão e correcção.

A Administração da Empresa entende que eventuais correcções que possam ser efectuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspecções / revisões não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2000.

52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica proveitos diferidos inclui o valor de mEsc. 1.120.484 relativo a subsídios ao investimento, do qual o montante de mEsc. 733.338, respeita a um subsídio ao investimento para a Melhoria Contínua do Desempenho Ambiental para o Sector Cimenteiro, atribuído à CMP, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, sendo que os subsídios são amortizados proporcionalmente à amortização dos equipamentos subsidiados. A amortização é registada na rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45).

53. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2000, o capital da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a 118.332.445 Euros (mEsc. 23.723.525) representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro cada.

De acordo com a última reunião da Assembleia Geral, datada de 31 de Março de 2000, as seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital da Empresa:

<u>Nome</u>	<u>%</u>	<u>Nº de Accções</u>
Sodim, SGPS, S.A.	21,13	25.000.000

54. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, foi como segue:

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumento</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Capital	23.666.489			57.036	23.723.525
Acções Próprias:					
Valor nominal	(125.656)		(185.000)	(749)	(311.405)
Descontos e prémios	(230.795)		(498.253)	749	(728.299)
Prémios de emissão de acções	843.619			(57.036)	786.583
Diferenças de consolidação (Nota 10.a)	(1.674.039)		(66.112)	1.616.258	(123.893)
Reservas de conversão cambial	-		(117.517)		(117.517)
Reservas de reavaliação	5.833.890			(1.616.258)	4.217.632
Reservas:					
Reservas legais	833.415			334.665	1.168.080
Outras reservas	1.965.557			2.121.295	4.086.852
Resultados transitados	8.103				8.103
Resultado líquido consolidado do período	<u>6.693.311</u>	<u>6.167.758</u>	<u>(866.882)</u>	<u>(6.693.311)</u>	<u>6.167.758</u>
	<u>37.813.894</u>	<u>6.167.758</u>	<u>(866.882)</u>	<u>(4.237.351)</u>	<u>38.877.419</u>

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada em 31 de Março de 2000, a aplicação do resultado líquido do exercício de 1999, foi como segue:

Distribuição de dividendos às acções em circulação	4.237.351
Reservas legais	334.665
Outras reservas	<u>2.121.295</u>
	<u>6.693.311</u>

Em 7 de Junho de 2000, a Empresa adquiriu 185.000 acções próprias. Esta aquisição foi efectuada de acordo com as disposições aprovadas em Assembleia Geral.

Por imposição legal todas as sociedades deverão redenominar para Euros o seu capital social pelo que, por deliberação da Assembleia Geral acima referida, foram realizadas as seguintes operações:

- Alteração da denominação do capital social de Escudos para Euros;
- Redenominação para Euros das acções representativas do capital social através do método padrão, aplicando a taxa de conversão de 200,482 ao valor de cada acção expresso em Escudos;
- Renominalização das acções através de arredondamento do valor unitário de cada acção para cinco euros, sem que daí resulte aumento do número de acções;
- Para fazer face à diferença resultante do arredondamento do valor das acções foi aumentado o capital social em Esc. 57.036.238 por incorporação de reservas constituídas por prémios de emissão de acções. As variações no montante de mEsc. 749 nas rubricas de acções próprias – valor nominal e descontos e prémios corresponde à proporção (nas acções próprias) da alteração do capital social.

Posteriormente foi efectuada a renominalização das acções de 5 Euros para 1 Euro com o subsequente aumento do número de acções.

O montante negativo de mEsc. (117.517), registado na rubrica reservas de conversão cambial, corresponde à proporção da Semapa na redução dos capitais próprios da Société des Ciments de Gabès resultante de diferenças de câmbio pela actualização dos valores de balanço.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo e investimentos financeiros em imóveis efectuada pelas subsidiárias da Semapa, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias ser utilizadas em futuros aumentos de capital das Empresas que efectuaram as reavaliações.

Reservas legais: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2000, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Secil	35.400.672	34.334.701
Grupo CMP	286.711	249.273
Grupo Secil, Betões, Inertes	659.275	551.485
Société des Ciments de Gabès	100.953	
Secil Martingança	517.184	478.527
Outros	<u>87.849</u>	<u>61.256</u>
	<u><u>37.052.644</u></u>	<u><u>35.675.242</u></u>

O movimento ocorrido na rubrica de interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, foi como segue:

Saldo inicial	35.675.242
Resultado líquido apropriado pelos minoritários	5.756.012
Proporção em dividendos e outros ajustamentos efectuados nas rubricas de capital próprio	<u>(4.378.610)</u>
Saldo final	<u><u>37.052.644</u></u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2000 os accionistas minoritários da Secil e Subsidiárias e os accionistas da Semapa tinham contas a receber, nos montantes de mEsc. 48.864 (com vencimento a médio e longo prazo) e mEsc.1.038.126.

56. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2000, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos por obrigações:		
Empréstimo por obrigações Semapa/98	0	4.800.000
Empréstimos por obrigações CMP / 97	0	9.500.000
Empréstimos por obrigações Secil / CMP 95	0	3.750.000
Outras	<u>220.000</u>	<u>1.612.290</u>
	<u><u>220.000</u></u>	<u><u>19.662.290</u></u>
<u>Dívidas a instituições de crédito:</u>	<u><u>7.683.439</u></u>	<u><u>69.495.546</u></u>
Outros Empréstimos Obtidos:		
Financiamento no âmbito do PEDIP II - Medida 3,3:	187.500	562.500
CMP - Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	<u>125.000</u>	<u>187.500</u>
	<u><u>312.500</u></u>	<u><u>750.000</u></u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Alberto Fernandes Falcão
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

MAPA Nº 1

Denominação social	Sede	Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Semapa - Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa		Empresa mãe
Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e suas subsidiárias:	Setúbal		55,3768
Secil Investimentos, SGPS, S.A.	Lisboa	99,9995	55,3765
Société des Ciments de Gabés ("SCG")	Tunis	98,7063	54,6604
Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A. e subsidiárias:	Setúbal	93,6595	51,8657
Secil Betão - Indústrias de Betão, S.A.	Setúbal	93,6595	51,8656
Britobetão - Central de betão, Lda	Évora	51,5127	28,5261
Sulbetão - Preparados de Betão, S.A.	Albufeira	93,6595	51,8656
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	93,6595	51,8656
Lisconcreto - Betão Pronto, S.A.	Leiria	93,6595	51,8656
Asfalbetão- Sociedade Industrial, Lda	Torres Vedras	84,2936	46,6791
Betopal - Betões Preparados, S.A.	Lisboa	93,6595	51,8656
Secil Britas, S.A.	Penafiel	93,6595	51,8656
Pedreiral - Pedreiras de Almoster, SA	Santarém	93,6595	51,8656
ECOB - Empresas de Construção e Britas, Lda	Albufeira	93,6595	51,8656
Fabetão - Soc. Ind. Fabrico Betão, Lda.	Lisboa	93,7546	51,9183
IQM - Indústrias Químicas da Martingança, Lda.	Lisboa	50,8730	28,1718
Macmetal - Indústrias Metal-Mecânicas da Maceira, Lda.	Leiria	50,9997	28,2420
Secil Martingança - Agl. e N. Mat. p/Constr., Lda.	Leiria	51,1903	28,3476
Condind - Conservação e Desenv. Industrial, Lda.	Setúbal	99,9919	55,3723
CMP - Cimentos Maceira e Pataias ("CMP") e suas subsidiárias:	Leiria	99,9843	55,3681
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, SA	Lisboa	90,8569	50,3136
Enersis - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Lisboa	89,9044	49,7862

MAPA Nº 2

Denominação social	Sede	Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Secil Energia, Lda.	Setúbal	99,9995	55,3765
Tecnosecil, Investimentos e participações, SARL	Luanda	69,9997	38,7636
Asfalbetão - Transportes, Lda	Torres Vedras	93,6595	51,8656
Betopal S.A. (Espanha)	Madrid	89,9131	49,7910
Subsidiárias e associadas da Enersis - S.G.P.S, S.A.:			
Minihídrica do Palhal, Lda.	Albergaria-a-Velha	89,9044	49,7862
Enerpro - Projectos de energias renováveis, Lda ("Enepro")	Lisboa	76,4187	42,3182
ECH - Exploração de centrais Hidroeléctricas, Lda. ("ECH")	Ovadas	89,9044	49,7862
Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A. ("Hidrotuela")	Braçançã	71,6238	39,6630
Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A. ("Hidrocorgo")	Vila Real	89,9044	49,7862

MAPA Nº 3

Denominação social	Sede	Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Betão Liz, S.A .	Lisboa	33,3664	18,4772
Becim - Mediadora de Seguros, Lda.	Lisboa	27,4023	15,1745
Cimentos Madeira, Lda.	Lisboa	14,2856	7,9109
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	P.Delgada	19,9999	11,0753
Cimentrans - Transporte de Cimento, Lda.	Lisboa	39,9998	22,1506
Viroc Portugal - Ind. de Madeira e Cimento, S.A.	Setúbal	32,8272	18,1787
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	49,9998	27,6883
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	37,4998	20,7662
Ecoresíduos - Centro de Tratam. e Valorização de Resíduos, Lda	Lisboa	49,9998	27,6883
Chryso Portugal, S.A.	Lisboa	39,9966	22,1488
Subsidiárias e associadas da CMP:			
Cimianto - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A. ("Cimianto")	Vila F. Xira	39,9537	22,1251
Associadas da Enersis - S.G.P.S, S.A.:			
Hidroeléctrica da Mesa do Galo, Lda.	Lisboa	44,9522	24,8931
Produtora de Energia Minihídrica, Lda. ("PEM")	Vinhais	45,8512	25,3909
Hidrolouredo - Hidroeléctrica do Louredo, Lda.("Hidrolouredo")	Ribeira Pena	45,8512	25,3909

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

	Notas	2000	1999
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		92.888.568	87.353.486
Pagamentos a fornecedores		(47.526.297)	(40.488.782)
Pagamentos ao pessoal		(7.717.463)	(6.954.289)
Fluxos gerados pelas operações		37.644.808	39.910.415
(Pagamentos)/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		(13.833.642)	(7.391.473)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(4.862.345)	(9.022.253)
		18.948.821	23.496.689
(Pagamentos)/Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		(690.259)	(6.638)
Fluxos das actividades operacionais (1)		18.258.562	23.490.051
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		4.112.536	2.154.131
Imobilizações corpóreas		152.194	795.866
Subsídios de investimento		492.356	382.687
Juros e proveitos similares		74.093	38.713
Dividendos		1.955.448	630.249
		6.786.627	4.001.646
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(76.219.669)	(18.346.733)
Imobilizações corpóreas		(6.044.088)	(3.299.182)
Imobilizações incorpóreas		(148.117)	(11.395)
		(82.411.874)	(21.657.310)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(75.625.247)	(17.655.664)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		257.856.468	25.349.563
Subsídios e doações		350.612	643
Venda de acções próprias		5.444	1.607
		258.212.524	25.351.813
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(188.058.978)	(21.690.939)
Amortizações de contratos de locação financeira		(142.050)	(72.168)
Juros e custos similares		(4.019.842)	(822.644)
Dividendos		(8.964.471)	(8.431.093)
Aquisição de acções próprias		(683.253)	(356.451)
		(201.868.594)	(31.373.295)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		56.343.930	(6.021.482)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(1.022.755)	(187.095)
Efeito das diferenças de câmbio		2.569	(9.344)
Regularização do saldo inicial pelo efeito da inclusão das demonstrações financeiras individuais da Lisconcreto		-	7.890
Regularização do saldo inicial devido à variação de perímetro (inclusão de S.C.Gabês, Britobetão e Asfalbetão Industrial)		2.908.903	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		2.590.950	2.779.499
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2	4.479.667	2.590.950

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em Euros 1 € = 200,482 Esc.)

	Notas	2000	1999
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		463.326.224	435.717.351
Pagamentos a fornecedores		(237.060.170)	(201.957.193)
Pagamentos ao pessoal		(38.494.543)	(34.687.847)
Fluxos gerados pelas operações		<u>187.771.511</u>	<u>199.072.311</u>
(Pagamentos)/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		(69.001.915)	(36.868.512)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(24.253.275)	(45.002.808)
		<u>94.516.321</u>	<u>117.200.991</u>
(Pagamentos)/Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		(3.442.997)	(33.110)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>91.073.323</u>	<u>117.167.880</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		20.513.243	10.744.760
Imobilizações corpóreas		759.140	3.969.763
Subsídios de investimento		2.455.861	1.908.835
Juros e proveitos similares		369.574	193.100
Dividendos		9.753.734	3.143.669
		<u>33.851.553</u>	<u>19.960.126</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(380.182.106)	(91.513.118)
Imobilizações corpóreas		(30.147.784)	(16.456.250)
Imobilizações incorpóreas		(738.804)	(56.838)
		<u>(411.068.694)</u>	<u>(108.026.207)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(377.217.142)</u>	<u>(88.066.081)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.286.182.640	126.443.087
Subsídios e doações		1.748.845	3.207
Venda de acções próprias		27.155	8.016
		<u>1.287.958.640</u>	<u>126.454.310</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(938.034.228)	(108.193.948)
Amortizações de contratos de locação financeira		(708.542)	(359.972)
Juros e custos similares		(20.050.887)	(4.103.331)
Dividendos		(44.714.593)	(42.054.115)
Aquisição de acções próprias		(3.408.052)	(1.777.970)
		<u>(1.006.916.302)</u>	<u>(156.489.336)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>281.042.338</u>	<u>(30.035.026)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(5.101.480)	(933.226)
Efeito das diferenças de câmbio		12.814	(46.608)
Regularização do saldo inicial pelo efeito da inclusão das demonstrações financeiras individuais da Lisconcreto		-	39.355
Regularização do saldo inicial devido à variação de perímetro (inclusão de S.C.Gabès, Britobetão e Asfalbetão Industrial)		14.509.547	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		<u>12.923.605</u>	<u>13.864.083</u>
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2	<u>22.344.485</u>	<u>12.923.605</u>

Os anexos fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA****PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000**

(Montantes expressos em milhares de Escudos – mEsc.)

1. AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

As informações relativas a aquisições/alienações de partes de capital encontram-se descritas nas Notas 1, 3, 10 e 27 do anexo ao balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 e à demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo nesta data.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, é como segue:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Bilhetes do Tesouro	3.356.344	200.112
Equivalentes a caixa	--	166.714
	-----	-----
	3.356.344	366.826
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.555.190	2.196.120
Numerário	17.129	28.004
Descobertos bancários	(448.996)	--
	-----	-----
	4.479.667	2.590.950
	=====	=====

3. CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS E NÃO SACADOS

Em 31 de Dezembro de 2000, o montante dos créditos bancários concedidos e não sacados ascende a mEsc. 47.781.619.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E
RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2000 da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 que evidencia um total de mEsc. 191.041.038 e capitais próprios de mEsc. 38.877.419, incluindo um resultado líquido de mEsc. 6.167.758, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado e os relatórios de outros auditores indicados no parágrafo 5 abaixo proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS

- 2 -

5. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 de subsidiárias incluídas na consolidação, que representam, aproximadamente 39% do total dos activos consolidados e, aproximadamente, 39% do total dos proveitos consolidados, foram auditadas por outros auditores, em cujos relatórios de auditoria nos baseamos para expressar a nossa opinião sobre os montantes relativos a essas subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Reserva

6. Conforme indicado na Nota 21, a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil”), uma subsidiária na qual a Semapa detém uma percentagem de participação efectiva de 55,38%, assumiu responsabilidades com o pagamento aos seus empregados de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência. Contudo, aquelas responsabilidades para com os empregados reformados até 29 de Dezembro de 1987 e pelo pagamento voluntário do décimo quarto mês de complemento aos reformados após aquela data, não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões Secil ou por qualquer provisão ou conta a pagar registada por esta subsidiária, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999. Estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2000 e 1999, elaborados por uma entidade especializada, quantificam estas responsabilidades em, aproximadamente, mEsc. 2.927.000 e mEsc. 3.127.000, respectivamente.

Opinião

7. Em nossa opinião, baseada na nossa auditoria e nos relatórios de outros auditores mencionados no parágrafo 5 acima, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, S.A. e suas Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais com a excepção indicada na Nota 10 do anexo ao balanço e às demonstrações de resultados foram aplicados numa base consistente com o exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e as demonstrações consolidadas de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós examinados e a nossa opinião sobre os mesmos, expressa na nossa Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo datado de 25 de Fevereiro de 2000, incluía uma reserva similar à descrita no parágrafo 6 acima e um ênfase sobre o início do processo judicial mencionado na Nota 50 do anexo ao balanço e às demonstrações de resultados.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2001

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por António Marques Dias

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas de Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Semapa e das principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Semapa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas, todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, bem como o Relatório Consolidado de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas presidente deste Conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao referido no parágrafo número 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços das empresas do Grupo Semapa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2001

António Dias e Associados - SROC
Representada pelo Dr. António Marques Dias
Presidente

Dr. Rafael Caldeira Castel - Branco Valverde
Vogal

Dr. Luis Miguel de Almeida Belo
Vogal

**Ao Conselho de Administração e Accionistas da
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.**

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, e os correspondentes anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria e os relatórios de outros auditores indicados no parágrafo 4 abaixo proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e as demonstrações consolidadas de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós auditados e a nossa opinião sobre os mesmos, expressa no nosso relatório datado de 25 de Fevereiro de 2000, inclui uma reserva idêntica à descrita no parágrafo 5 abaixo e um ênfase sobre o início do processo judicial mencionado na Nota 50 do anexo ao balanço e às demonstrações de resultados.
4. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 de subsidiárias incluídas na consolidação, que representam, aproximadamente 39% do total dos activos consolidados e, aproximadamente 39% do total dos proveitos consolidados, foram auditadas por outros auditores, em cujos relatórios de auditoria nos baseamos para expressar a nossa opinião sobre os montantes relativos a essas subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.
5. Conforme indicado na Nota 21, a Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (“Secil”), uma subsidiária na qual a Semapa detém uma percentagem de participação efectiva de 55,38%, assumiu responsabilidades com o pagamento aos seus empregados de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência. Contudo, aquelas responsabilidades para com os empregados reformados até 29 de Dezembro de 1987 e pelo pagamento voluntário do décimo quarto mês de complemento aos reformados após aquela data, não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões Secil ou por qualquer provisão ou conta a pagar registada por esta subsidiária, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999. Estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro de 2000 e 1999, elaborados por uma entidade especializada, quantificam estas responsabilidades em, aproximadamente, mEsc. 2.927.000 e mEsc. 3.127.000, respectivamente.

6. Em nossa opinião, baseada na nossa auditoria e nos relatórios de outros auditores mencionados no parágrafo 4 acima, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, em Portugal, os quais com a excepção indicada na Nota 10 do anexo ao balanço e às demonstrações de resultados foram aplicados numa base consistente com o exercício anterior.

Lisboa, 3 de Março de 2001

ARTHUR ANDERSEN